



## Município da Marinha Grande

### Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia 13/11/2017.

Mandato de 2017/2021  
Ata nº 28

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e dezassete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente abriu a reunião pelas 14:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **ORDEM DO DIA**

1. **APROVAÇÃO DA ATA N.º 27, DA PRIMEIRA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL APÓS A SUA CONSTITUIÇÃO, REALIZADA DIA 30 DE OUTUBRO DE 2017**
2. **REQ. N. 1783/17, DATADO DE 18/10/2017 – PC N.º 322/17, DATADO DE 21/07/2017 – ANA MARGARIDA DO CARMO LOUREIRO E HUGO ALEXANDRE LEITÃO PEDROSA**
3. **REQ. N. 1645/17, DATADO DE 20/09/2017 – PC N.º 367/17, DATADO DE 10/08/2017 – MARIA SALETE BRAZ MORGADINHO**
4. **REQ. N. 1461/17, DATADO DE 18/08/2017 – PC N.º 224/17, DATADO DE 31/05/2017 – MARIA DE LURDES MOLEIRINHO FERREIRA DA CRUZ E AMÍLCAR LEAL DA CRUZ**
5. **REQ. N. 1801/17, DATADO DE 20/10/2017 – PC N.º 333/17, DATADO DE 26/07/2017 – MARIA LUCILIA SILVA PEREIRA GOUVEIA, MARIA EDUARDA DA SILVA PEREIRA GOUVEIA PARREIRA E JOAQUIM DA SILVA PEREIRA GOUVEIA**

6. REQ. N. 1181/17, DATADO DE 06/07/2017 – PC N.º 285/17, DATADO DE 06/07/2017 – RTJ-PLASTICOS, S.A
7. REQ. N. 1701/17 , DATADO DE 29/09/2017 – PC N.º 296/16, DATADO DE 21/07/2016 – IMARJOSIL-COMPRA E VENDA DE IMOVEIS, LDA.
8. REQ. N. 1736/17, DATADO DE 09/10/2017 – PC N.º 473/16, DATADO DE 10/11/2016 – ORLANDO MANUEL FERNANDES DUARTE, MANUEL DUARTE GRÁCIO E LÚCIA MARIA FERNANDES DUARTE
9. REQ. N. 1535/17, DATADO DE 01/09/2017 – PC N.º 398/17, DATADO DE 01/09/2017 – ELSA SOFIA MARTINHO RUIVO
10. REQ. N. 1754/17, DATADO DE 12/10/2017 – PC N.º 185/16, DATADO DE 19/05/2016 – MOLDETEFA INDUSTRIA DE MOLDES PARA PLASTICOS LDA.
11. REQ. N. 1663/17, DATADO DE 25/09/2017 – PC N.º 214/15, DATADO DE 22/06/2015 – BANCO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO, S.A.
12. REQ. N. 1637/17, DATADO DE 19/09/2017 – PC N.º 309/16, DATADO DE 29/07/2016 – LUÍS MIGUEL CARVALHEIRO MONTEIRO
13. REQ. N. 1635/17, DATADO DE 19/09/2017 – PC N.º 186/17, DATADO DE 10/05/2017 – JOSÉ NUNES FRANCISCO
14. REQ. N. 1647/17, DATADO DE 21/09/2017 – PC N.º 233/17, DATADO DE 06/06/2017 – FILIPA ALEXANDRA LOUREIRO COELHO
15. REQ. N. 968/17, DATADO DE 05/06/2017 – PC N.º 229/17, DATADO DE 05/06/2017 – PORTUTECMO MOLDES P/ PLASTICOS LDA
16. REQ. N. 1724/17, DATADO DE 04/10/2017 – PC N.º 177/14, DATADO DE 23/05/2014 – CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES E ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS
17. REQ. N. 1746/17, DATADO DE 10/10/2017 – PC N.º 185/17, DATADO DE 10/05/2017 – ANÍBAL JOSÉ MONTEIRO AGUIAR E MANUELA ALVES DOS REIS MAIA
18. REQ. N. 1469/17, DATADO DE 21/08/2017 – PC N.º 382/17, DATADO DE 21/08/2017 – LISETA HENRIQUES SILVA ROLDÃO
19. REQ. N. 1551/17, DATADO DE 04/09/2017 – PC N.º 280/16, DATADO DE 13/07/2016 – JOÃO ALEXANDRE DUARTE BOM
20. REQ. N. 1646/17, DATADO DE 20/09/2017 – PC N.º 422/17, DATADO DE 20/09/2017 – ANDREIA CRISTINA TEIXEIRA SALGUEIRO
21. REQ. N. 1658/17, DATADO DE 22/09/2017 – PC N.º 428/17, DATADO DE 22/09/2017 – MARICORDEIRO - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA.
22. REQ. N. 1715/17, DATADO DE 03/10/2017 – PC N.º 361/12, DATADO DE 30/11/2012 – SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1.º DE DEZEMBRO

23. REQ. N. 1670/17, DATADO DE 26/09/2017 – PC N.º 89/14, DATADO DE 25/03/2014 – DINIS MARQUES & PEDRO, LDA.
24. REQ. N. 1434/17, DATADO DE 14/08/2017 – PC N.º 399/15, DATADO DE 27/10/2015 – ANTÓNIO AUGUSTO AMARAL
25. REQ. N. 1390/17, DATADO DE 04/08/2017 – PC N.º 248/15, DATADO DE 24/07/2015 – LEONEL OLIVEIRA DE SOUSA
26. REQ. N. 1394/17, DATADO DE 07/08/2017 – PC N.º 360/17, DATADO DE 07/08/2017 – HORACIO GONÇALVES SANTOS
27. REQ. N. 1773/17, DATADO DE 17/10/2017 – PC N.º 1118/01, DATADO DE 26/11/2001 – LISTUR - CONSTRUÇÃO, IMÓVEIS E TURISMO, LDA
28. E/8408/2017 – RECLAMAÇÃO SOBRE DANOS EM EDIFÍCIO – PEDIDO DE VISTORIA – MIGUEL BASTOS ANDRÉ - DETERMINAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE VISTORIAS
29. REQ. N. 1834/17, DATADO DE 25/10/2017 – PC N.º 477/17, DATADO DE 25/10/2017 – FREDERICO MANUEL GOMES BAROSA
30. REQ. N. 1374/11, DATADO DE 03/08/2017 – PC N.º 394/2017, DATADO DE 03/08/2017 – FABIANA PATRICIA MODERNO FORTUNATO E ESTEFANIO OLIVEIRA MARTINS
31. E/7508/2017 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA - EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.
32. REQ. N. 1718/17, DATADO DE 03/10/2017 – PC N.º 633/2016, DATADO DE 28/12/2016 – CELESTE DE ALMEIDA MODERNO
33. REQ. N. 1426/17, DATADO DE 11/08/2017 – PC N.º 26/2017, DATADO DE 16/01/2017 – JOSÉ ANTÓNIO DE JESUS FRANCO
34. REQ. N. 1856/16, DATADO DE 03/11/2016 – PC N.º 527/2016, DATADO DE 03/11/2016 – VÍTOR MANUEL COELHO SOARES
35. REQ. N. 1667/17, DATADO DE 25/09/2017 – PC N.º 479/2017, DATADO DE 25/09/2017 – RUI MANUEL ROSARIO FIGUEIREDO
36. REQ. N. 1779/17, DATADO DE 17/10/2017 – PC N.º 303/17, DATADO DE 18/07/2017 – INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE
37. PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO DESTINADO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA
38. PEDIDO DE UM LUGAR DE TOMADA E LARGADA DE PASSAGEIROS NA AV. DR. JOSÉ HENRIQUES VAREDA, 24-A - MARINHA GRANDE.
39. CORREÇÃO DOS VALORES DE ÁGUA UTILIZADA NO COMBATE AOS INCÊNDIOS
40. AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES

41. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
42. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR ALEGADOS DANOS MATERIAIS - REQUERENTE: FREDERICO PAULO COUCEIRO DE SOUSA PEDRO – APRECIAÇÃO - PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA
43. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR ALEGADOS DANOS MATERIAIS - REQUERENTE: ISABEL MARIA COELHO MARQUES – APRECIAÇÃO - PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA
44. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – BURACO NO PAVIMENTO - RUA DAS ROSAS SILVESTRES - REQUERENTE: LUIS FILIPE SANTOS SOARES – APRECIAÇÃO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA.
45. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELO SACRIFÍCIO – EMPREITADA DE OBRA PÚBLICA - REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA/PRAIA - REQUERENTE: ILDA DOS SANTOS CRUZ – AUDIÊNCIA PRÉVIA - FALTA DE ALEGAÇÕES - INDEFERIMENTO FINAL
46. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: JOSÉ MANUEL ROSA CONFRARIA - DEFERIMENTO.
47. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: DAVID ALEXANDRE RODRIGUES SUSANO - DEFERIMENTO.
48. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – REQUERENTE: LUIS MANUEL SILVA MARINHEIRO – QUEBRA DE VIDRO POR PROJEÇÃO DE PEDRA POR MOTO-ROÇADORA DE ERVAS – RESPONSABILIDADE CIVIL – DEFERIMENTO.
49. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – DESNÍVEL NA BERMA - RUA DO PINHAL, VIEIRA DE LEIRIA - REQUERENTE: SÓNIA RITA DA COSTA SILVA – AUDIÊNCIA PRÉVIA SEM ALEGAÇÕES - INDEFERIMENTO FINAL
50. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – BURACO NO PAVIMENTO - RUA DO REGO, GARCIA - REQUERENTES: SALOMÉ BARROS SANTOS ROSADO E NUNO MANUEL SANTOS ROSADO (M.P.R., LDª.) – AUDIÊNCIA PRÉVIA SEM ALEGAÇÕES - INDEFERIMENTO FINAL
51. TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, EM UNIPESSOAL SA. DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO. MANDATO DISCRIMINADO.
52. “REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE ESCOURA” CONCURSO PUBLICO Nº8/2010 - RECEÇÃO DEFINITIVA
53. REQUALIFICAÇÃO DA RUA NOVA DO MOÍNHU DE CIMA E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO DOS ARRUEAMENTOS ADJACENTES – CEDÊNCIA 262,00M² DE TERRENO INTEGRADO NA HERANÇA DE MARIA ASCENSÃO FERREIRA CUSTÓDIO DE MORAIS VARELA

54. **“REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA SANTA ISABEL, RUA DO SALGUEIRO E RUA D. JOÃO PEREIRA VENÂNCIO – CONCURSO PÚBLICO N.º 11/2017” - APROVAÇÃO PLANO DE TRABALHOS.**
55. **16.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2017**
56. **AQUISIÇÃO DE TERRENO NOS TALHÕES EM VIEIRA DE LEIRIA PROPRIEDADE DA CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE JÚLIA ANGÉLICA ASCENSO-INFORMAÇÃO**
57. **PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2017 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.**
58. **ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NO MUSEU DO VIDRO – ASURPI - ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DA MARINHA GRANDE**
59. **CEDÊNCIA DA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS AO GINÁSIO FISICOLOUCURA PRÁTICA DESPORTIVA LDA A 17 DE DEZEMBRO DE 2017.**
60. **COMPARTICIPAÇÃO E VALIDAÇÃO DE DESPESAS NO ÂMBITO DA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS**
61. **AUDIÊNCIA PRÉVIA AO ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE - INCUMPRIMENTO DO CONTRATO PROGRAMA RELATIVO À COLOCAÇÃO DE DOIS RELVADOS SINTÉTICOS DE FUTEBOL SETE NAS INSTALAÇÕES DO ACM**
62. **AUDIÊNCIA PRÉVIA AO SPORTING CLUBE MARINHENSE - INCUMPRIMENTO DO CONTRATO PROGRAMA RELATIVO À REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REMODELAÇÃO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, DOS BALNEÁRIOS DO PAVILHÃO, PINTURA INTERIOR E EXTERIOR DAS INSTALAÇÕES DO SPORTING CLUBE MARINHENSE, REPARAÇÃO DO PAVIMENTO DO RECINTO DESPORTIVO E DA ÁREA ENVOLVENTE DO MESMO.**
63. **APOIO FINANCEIRO IDV – INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRIENSE – DEVOLUÇÃO PARCIAL DE APOIO FINANCEIRO NO ÂMBITO DE CANDIDATURA PARA PROMOÇÃO DE UMA PROVA DE ATLETISMO EM VIEIRA DE LEIRIA – AUDIÊNCIA PRÉVIA**
64. **APOIO FINANCEIRO AO GRUPO DESPORTIVO CASA ÁGUIA COMPETIÇÃO – DEVOLUÇÃO PARCIAL DE APOIO FINANCEIRO NO ÂMBITO DE CANDIDATURA RELATIVA AO 26º CONCURSO NACIONAL DE PESCA DESPORTIVA – AUDIÊNCIA PRÉVIA**
65. **TORNEIO DE XADREZ DO SPORT OPERÁRIO MARINHENSE – MEMORIAL JOSÉ VAREDA IMPOSSIBILIDADE DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO – AUDIÊNCIA PRÉVIA**
66. **CANDIDATURAS PARA APOIO OU BENEFÍCIOS A CONCEDER A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CANDIDATURAS RELATIVAS A APOIOS PARA 2018 – APAMG**

67. CANDIDATURAS PARA APOIO OU BENEFÍCIOS A CONCEDER A ENTIDADES DESPORTIVAS, ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CANDIDATURAS RELATIVAS A 2018 – CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE.
68. CANDIDATURAS PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS: ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES E ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO
69. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO - CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE, SINDICATO TRABALHADORES DA INDÚSTRIA VIDREIRA, BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO E RECREIO
70. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA PARA 2017: ÁREA SOCIAL – CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE.
71. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO E RECREIO E SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA VIDREIRA
72. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA- APAMG
73. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

**Inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes munícipes:**

**1 - Sr. Luís Manuel Rodrigues de Sousa Gabriel**, residente na Rua do Tojal, n.º 5, Camarnal, Marinha Grande, que veio solicitar a execução de uma rotunda no Camarnal, na zona onde reside e onde há uma confluência de 5 ruas. Este pedido já tinha sido objeto de um abaixo-assinado entregue na Câmara e ao qual já obtiveram resposta, conforme ofício que exibiu. Terminou referindo a situação existente na mesma rua, onde foi construída uma casa em cima da vala.

**2 - Sr. Diamantino Monteiro de Oliveira**, residente na Rua do Sol, n.º 27, Ordem, Marinha Grande, que começou por dar os parabéns à Sr.ª Presidente pela sua eleição, pedindo depois informações sobre o ponto de situação na resolução do problema do saneamento da rua onde reside.

**3 - Sr. Agostinho Teixeira de Oliveira**, residente na Rua do Sol, n.º 38, Ordem, Marinha Grande, que também veio falar sobre os problemas da Rua do Sol, nomeadamente a insuficiência do coletor de saneamento, a necessidade de alargamento do pontão e ainda a remodelação da conduta de água. Já tinha colocado estas questões numa reunião do anterior mandato, e o Presidente tinha-lhe dito que iria ver com os técnicos a possibilidade de solucionar o problema da Rua do Sol conjuntamente com as obras a levar a cabo na Rua da Vitória.

**A Sr.ª Presidente respondeu o seguinte às questões colocadas pelos munícipes:**

- Sr. Luís Gabriel – os serviços já fizeram uma pré-avaliação, com medições, para ver a possibilidade de fazer a rotunda, mas a solução também passa pela cedência de espaços privados, uma vez que não será só necessário espaço público. Primeiro terá que se verificar se há disponibilidade de os proprietários privados cederem terreno. Em relação à casa, terá que se verificar a licença de construção e analisar a situação com as Divisões envolvidas.  
O **Sr. Vereador Carlos Caetano** complementou a informação relativa à rotunda, exibindo a planta que foi feita pelos serviços e que prevê a requalificação das 5 ruas.
- Sr. Diamantino e Sr. Agostinho – a resposta é conjunta, porque se trata do mesmo problema da Rua do Sol, que se resolverá com a obra no aqueduto da Rua da Vitória, embora essas obras ainda não estejam previstas na obra da Rua da Vitória.  
O **Sr. Vereador Carlos Caetano** informou que já foi pedido aos serviços para incluírem a requalificação da Rua do Sol, água e saneamento, nas obras da Rua da Vitória, para que se resolva de vez o problema.



**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- Antes de dar a palavra aos Srs. Vereadores, a **Sr.ª Presidente** deu conhecimento à Câmara do relatório do levantamento feito pelos serviços relativo aos prejuízos causados pelos incêndios, e informou que está a ser articulada com a CCDDR a requalificação do edificado.
- Deu também conhecimento da proposta que pretende apresentar, sob a forma de “**Manifesto pelo Pinhal do Rei**”, cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente ata (**Anexo 1**).  
Depois de proceder à leitura da referida proposta, a Sr.ª Presidente pediu a todos os Srs. Vereadores as suas sugestões, para acrescentar ao documento que elaborou, com vista à votação de uma proposta. Referiu ainda que este documento resulta do trabalho que a Câmara tem vindo a desenvolver com as diversas entidades, e por entender que a CMMG deve assumir uma posição conjunta.

**Seguiram-se as intervenções dos Srs. Vereadores.**

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte, que consta da intervenção escrita que remeteu para incluir na ata e que se reproduz:



1. *Desejei um bom mandato à Sr.ª Presidente da Câmara e aos antigos e novos vereadores. O MPM agradece aos marinhenses que elegeram os dois vereadores e irão representar todos os cidadãos em prol da melhoria da nossa terra, numa forma construtiva, disponibilizando-se sempre para defender os interesses dos munícipes.*
2. *No discurso escrito de tomada de posse, a Senhora Presidente refere que é pretendido consensos. A palavra mais referida “TODOS” (19 vezes) leva a crer que quer envolver todos os vereadores no trabalho autárquico. Contudo, como pretende obter consensos e envolver todos quando, desde a catástrofe de 15 de outubro vemos, através dos órgãos de comunicação social, a participação do Município em algumas reuniões, visita de ministros, deputados e outras figuras, e os tais ditos “todos” não foram envolvidos num momento tão sensível, onde efetivamente todos deviam estar unidos a trabalhar nas soluções mais ajustadas para fazer face aos danos ocorridos e no apoio às vítimas? O que entende a Senhora Presidente por consensos e «envolver todos»?*
3. *Fogos e gestão da mata*  
*A primeira reunião ordinária do executivo devia servir para muitas coisas boas mas a tragédia dos incêndios é o assunto que nos parece de maior relevância. Lamentamos o estado a que a Mata chegou, o incêndio - uma catástrofe que a Marinha Grande não tem memória -, os danos materiais/patrimoniais, os escassos meios no combate aos incêndios, a organização/coordenação das operações e a tardia ativação do Plano de Emergência municipal. Lamentamos profundamente o sofrimento das pessoas afetadas, o pânico e as angústias que farão parte da história de todos nós. Tudo isto tem que ser avaliado.*  
*De quem é a responsabilidade pelos marinhenses terem ficado sem o Pinhal do Rei? Poderíamos falar das condições atmosféricas do dia 15 de outubro, ou dos incendiários, mas o mais evidente é que essa responsabilidade recai no proprietário da maior zona florestal, o ICNF, que não cuida bem das suas propriedades. É lamentável que há mais de 20 anos, o estado/ICNF tenha desinvestido no Pinhal do Rei, sobretudo em meios humanos, dado que carros continuam a ter, mas em vez de serem utilizados nos trabalhos florestais, estão estacionados num barracão em Pedreiros. Com isto, o pinhal não foi desmatado, não foram feitas as limpezas, não houve reflorestação. Indiscutivelmente foram os matos crescidos, por falta de limpeza, que ajudaram na propagação do fogo, sendo mais evidente, por comparação com os pinhais privados limpos, que não arderam.*  
*E o que fez a Câmara Municipal nos últimos anos? Recordo uma reunião ocorrida nesta sala com os elementos da proteção civil, após os fogos do Pedrogão Grande, onde o presidente da Câmara afirmou que não havia problemas no nosso concelho, incluindo a nossa mata, pois estava tudo controlado e havia uma relação boa com o ICNF. Puro engano, o ICNF, como proprietário desta zona florestal, descuroou a limpeza e deu nesta tragédia. A Câmara, responsável pelo seu território, também tinha a obrigação de exigir que o proprietário limpasse as suas propriedades, como faz com qualquer outro cidadão. A Câmara foi negligente com o ICNF e foi o que se viu.*  
*Poderão dizer-nos agora que telefonaram ou enviaram emails, mas não foram suficientemente diligentes, o problema não foi resolvido, ficámos sem mata – esse é o resultado. Aliás, é usual o executivo permanente dar como resposta que “enviou para os serviços”, como se isso significasse que o problema ficou resolvido ou que está ilibado de responsabilidade. Sr.ª Presidente, algo tem que mudar nesta postura e nas diligências nesta matéria. O executivo permanente desta Câmara é forte com os fracos, mas revelou-se extremamente fraco com os fortes.*  
*E mais, o Serviço Municipal de proteção civil tem que ser reforçado, tem que tem mais recursos, uma outra organização e um plano de ação bem definido, tem que ser dotado de meios materiais e humanos qualificados para fazer face a este tipo de catástrofe. Os Bombeiros fazem o que melhor sabem mas a sua estrutura, equipamentos, formação, os*

*incentivos e o trabalho de coordenação tem que ser muito melhorado. É urgente analisar os danos e despesas causadas para que a Câmara participe nesses custos.”*

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** questionou a razão pela qual a reunião de hoje não estava a ser gravada, tal como prevê o Regimento.

A **Sr.ª Presidente** respondeu de imediato, referindo que o Regimento ainda não está aprovado. Recordou que na primeira reunião tinha pedido contributos, o MpM apresentou e só na próxima reunião poderá trazer a proposta. É só por isso que a anterior reunião e esta não estão a ser gravadas.

Seguiu-se uma troca de palavras entre a **Sr. Presidente** e o **Sr. Vereador Aurélio**, que têm entendimentos diferentes sobre a previsão da gravação das reuniões no anterior Regimento.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que também já se tinha questionado sobre o mesmo, porque na sua opinião o Regimento e as deliberações do órgão Câmara Municipal estão em vigor, mantêm-se no tempo até que o órgão se pronuncie em contrário. Já tinha estranhado na anterior reunião, mas como era a primeira do mandato não levantou a questão, mas agora é diferente, porque entende que não está a ser cumprida uma deliberação do órgão.

**Face aos diferentes entendimentos, a Sr.ª Presidente pediu para ser instalada a máquina para gravação da reunião, o que aconteceu a partir deste momento.**

**Seguiu-se a intervenção da Sr.ª Vereadora Lara Lino**, que cumprimentou publicamente todos os presentes, com votos de bom trabalho, e abordou os seguintes assuntos:

- Manifesto – disse que gostaria de ver o documento com mais atenção, porque lhe parece que se fala muito sobre a flora e não se refere a fauna.
- AAF's e CAAF's – teve conhecimento que as funcionárias não estão a ser pagas. Não sabe se é a Câmara que não paga ou se é a empresa contratada pela Câmara, pelo que gostaria de ser esclarecida. Também gostaria de saber quais as conclusões da reunião havida entre as funcionárias e a Câmara.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** usou da palavra a seguir, cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- Incêndios – é o assunto do momento, e em início de mandato tinha esperança que algo mudasse mas parece-lhe que começou mal, apesar de no discurso de tomada de posse a Sr.ª Presidente ter dito o contrário. Lamenta que os Vereadores ainda não tenham sido convocados para uma reunião, o que na sua opinião significa ausência de procura de consensos.

Ainda sobre os incêndios recordou o que tinha referido na altura do incêndio de Pedrógão Grande e das palavras do então Presidente da Câmara, Sr. Paulo Vicente, que deixou todos descansados. Apesar disso, enviou-lhe um *e-mail* a pedir uma reunião com todos os vereadores e as várias entidades, que aconteceu e que a todos tranquilizou, mas não foi assim que aconteceu.

O Estado não cuidou da mata, e agora tem que se pensar o futuro. Há uma comissão popular designada “O Pinhal é nosso”, cuja ação quer louvar e que tem levado a cabo várias iniciativas, na rua e nas televisões, mantendo o foco nacional no Pinhal do Rei. É uma comissão que reúne vários setores da sociedade civil e é muito rica tecnicamente, tendo já constituído um *dossier*, a ser entregue às várias entidades envolvidas, que enuncia as ações a tomar de imediato, antes das primeiras chuvas, porque se isso não acontecer trará graves problemas para o concelho.

Terminou lamentando que alguns arautos critiquem esta comissão popular, e pedindo à Sr.<sup>a</sup> Presidente que não a critique mas que se junte a ela.

- Referiu ainda que também tinha esperança de que o “já mandei para os serviços” não fosse mais ouvido, mas não é assim.

**Seguidamente interveio a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Ana Alves Monteiro**, que cumprimentou todos os presentes na pessoa da Sr.<sup>a</sup> Presidente, e abordou os seguintes assuntos:

- Agradeceu o facto de a Sr.<sup>a</sup> Presidente ter trazido o relatório dos prejuízos dos incêndios, mas não se pode ainda pronunciar sobre ele, entendendo que deverá ser agendado para aprovação numa próxima reunião da Câmara, ou então, preferencialmente, numa reunião específica sobre os incêndios.

- Manifesto – leu o Plano da Proteção Civil Municipal e identificou algumas ações a cumprir pelas várias entidades e que não foram cumpridas. Na sua opinião o documento a remeter a essas entidades não deve ser apenas um manifesto, devendo antes assacar responsabilidades.

Já foram publicadas três Resoluções do Conselho de Ministros, com os procedimentos a adotar para resolver os danos causados pelos incêndios às populações e empresas, mas o Município também teve danos, e para os resolver não precisa de ninguém.

Hoje vem à reunião uma proposta sobre o consumo de água no combate aos incêndios, mas na sua opinião todo o executivo deve trabalhar num documento conjunto, devidamente estruturado, de medidas excecionais.

- Questionou por que razão algumas das informações da documentação distribuída para a reunião da Câmara Municipal continuam a estar truncadas.
- Agradeceu a criação do *e-mail* institucional da CMMG, mas pediu que a sua password não seja do conhecimento de outras pessoas. (Foi referido pelos restantes colegas Vereadores que a password disponibilizada era para alterar de imediato).
- Perguntou:
  - ⇒ Já há gabinete para atribuir aos Vereadores?
  - ⇒ Já há resposta para o Clube Recreativo Amieirinhense, que pediu para utilizar a Casa da Cultura?
  - ⇒ Como está a questão da remodelação do Pavilhão do Parque Municipal de Exposições?
- Como a situação das AAF's e CAAF's já foi abordada pela Sr.<sup>a</sup> Vereadora Lara, apenas levantou a questão da qualidade das refeições.

**Terminadas as intervenções, foram prestados os esclarecimentos às questões colocadas.**

**O Sr. Vereador Carlos Caetano** mostrou o esboço do que se pretende fazer no Camarnal, referindo que foi feito “pelos serviços”, que fazem parte da Câmara Municipal e que são essenciais ao seu funcionamento e à concretização dos seus objetivos.

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente respondeu o seguinte:**

- A primeira reunião da Câmara Municipal é uma obrigatoriedade legal e decorre da lei, conforme art.º 48.º do RJAL, que leu.
- Incêndio – o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, com quem já reuniu, está a promover uma discussão alargada sobre os problemas da mata, e é partilhada pelos dois órgãos.

Sobre a negligência apontada à Câmara em relação à mata considera que é injusta, porque a Câmara tem levantado sempre as questões junto do ICNF, que é um Instituto autónomo. A Câmara tem feito o que lhe compete, que é alertar.

O documento a que chamou “Manifesto” tem a ver com a vontade e a consciência de que devem trabalhar todos em conjunto.

Sobre a vinda do Ministros e de alguns Presidentes de Câmara, referiu que os convites para as reuniões têm sido feitos pelos próprios Ministros e a Câmara só abre as portas da sua casa.

O documento apresentado está em aberto para acolher as sugestões que os Srs. Vereadores queiram colocar. A verba indicada é uma verba mínima, que reflete o valor recebido pelas Matas e que considera ser a retribuição que devem efetuar.

- CAAF's e AAF's – a Sr.ª Vereadora Célia responderá a seguir.
- Comissão “O Pinhal é nosso” – já recebeu este grupo de cidadãos, que acolheu de braços abertos, porque todos nunca serão muitos para a tarefa que está pela frente, em termos de reflorestação, fauna, flora e ribeiros. Há um protocolo com o IPL para se trabalhar em conjunto, bem como o grupo espontâneo que nasceu na Marinha Grande, o que significa que a população está sensível a estes 2/3 do território.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** perguntou se a Sr.ª Presidente já respondeu à carta aberta que lhe foi entregue.

A **Sr.ª Presidente** disse que já foi transmitido às várias entidades o que é apontado nessa carta, assim como as preocupações que os cidadãos marinhenses também têm feito chegar.

- Gestão de combustíveis – já reuniu com os representantes do ICNF a quem pediu que efetuem a limpeza das faixas que não arderam.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** voltou a referir que entende que deve ser compilado um documento único, com as diversas sugestões, e que preveja um pacote de medidas único para todas as áreas.

- Pavilhão do Parque Municipal de Exposições – o projeto está nos serviços, para ser melhorado.

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** cumprimentou todos os presentes, e sobre as questões referentes às suas áreas respondeu o seguinte:

- Refeições – também tinha recebido reclamações de pais, e por isso foram feitas visitas surpresa pelas técnicas, e ela própria foi lá almoçar com alguns pais. As queixas eram essencialmente no Pilado, onde a cozinha habitual tinha sido substituída quando esteve doente. A comida pareceu-lhe boa, embora a sopa pudesse ser um pouco mais espessa. Uma das maiores queixas é a falta de acompanhamento nas refeições. O concurso foi ganho pela KnowHow, as colaboradoras estiveram na CMMG, foram recebidas e queixaram-se da falta de pagamento. A Câmara reuniu com o responsável da empresa e foi elaborado um documento com compromissos de parte a parte, e que já seguiu para a escola. Segundo apurou as colaboradoras também não estariam a cumprir com algumas questões, designadamente o envio das folhas de assiduidade. A Câmara tem os pagamentos à empresa em dia. A fatura de Setembro chegou a 20 de outubro e foi paga hoje, antes de 30 dias. A Câmara comprometeu-se a digitalizar os mapas de assiduidade e a fazê-los chegar à empresa dentro de 5 dias, para que o pagamento seja feito entre o dia 8 e 10 de cada mês.  
Faltam colocar colaboradores para o acompanhamento, na Moita e em Casal do Malta, onde a empresa não estava a cumprir o caderno de encargos.
- Clube Recreativo Amieirinhense – informou que o pedido já foi respondido.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** pediu que o modelo das CAAF's e AAF's seja revisto no próximo ano letivo.

A **Sr.ª Presidente** recordou que quando o assunto foi presente na reunião da Câmara disse que já não se ia a tempo para alterar o caderno de encargos para este ano letivo.

Gabinete – a **Sr.ª Presidente** informou que já tem as chaves do gabinete para entregar aos Srs. Vereadores.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.ª Presidente** deu por terminado o período de antes da ordem do dia e interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que ocorreu das 16:10 horas às 16:35 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

#### 1 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 27, DA PRIMEIRA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL APÓS A SUA CONSTITUIÇÃO, REALIZADA DIA 30 DE OUTUBRO DE 2017

1015 - Presente a ata n.º 27, da primeira reunião da Câmara Municipal após a sua constituição, realizada no dia 30 de outubro de 2017, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### 2 - REQ. N. 1783/17, DATADO DE 18/10/2017 – PC N.º 322/17, DATADO DE 21/07/2017 – ANA MARGARIDA DO CARMO LOUREIRO E HUGO ALEXANDRE LEITÃO PEDROSA

1016 - Presentes requerimentos n.º 1299/17 e n.º 1783/17, registados em 2017/07/21 e em 2017/10/18, respetivamente, do processo camarário n.º 322/17, registado em 2017/07/21, referente ao pedido de licenciamento de obra de construção de **moradia e construção de muro de vedação**, no prédio urbano situado na Rua das Carregueiras, lugar da de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 20.098 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7.184, apresentado por **ANA MARGARIDA DO CARMO LOUREIRO**, com o NIF 238948455, e por **HUGO ALEXANDRE LEITÃO PEDROSA**, com o NIF 215816498, residentes na Urbanização Quinta das Nespereiras, lote E-6, 3º dt.º, Marinha Grande.

Do prédio objeto do pedido com 1510,90 m2, serão cedidos ao domínio público 58,39 m2 para alargamento do arruamento e passeio. Após a cedência o prédio ficará com a área de 1452,51m2.

Presentes pareceres técnicos datados de 2017/09/05, 2017/09/14 e 2017/10/30, que atestam encontrar-se a componente arquitetura em condições de ser aprovada com condicionalismos.

**Após análise do pedido, e considerando o parecer técnicos que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**1- DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 322/17, registado em 2017/07/21, referente ao pedido de licenciamento de obra de construção de moradia e construção de muro de vedação, no prédio urbano situado na Rua das Carregueiras, lugar da de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 20.098 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7.184, apresentado por ANA MARGARIDA DO CARMO LOUREIRO, com o NIF 238948455, e por HUGO ALEXANDRE LEITÃO PEDROSA, com o NIF 215816498, residentes na Urbanização Quinta das Nespereiras, lote E-6, 3º dt.º, Marinha Grande, com condicionalismo de apresentação de:**

**a) Retificação da página n.º 3 da Memória Descritiva e Justificativa do Projeto quanto à descrição das redes públicas existentes junto ao prédio;**

**b) Planta de Implantação completada com a indicação do local de recolha da rede predial de saneamento.**

**2- ACEITAR A CEDÊNCIA para domínio público da faixa de terreno com a área de 58,39 m2, situada em parte da frente do prédio confinante com a Rua das Carregueiras, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à “Planta de Implantação, Desenho n.º 2A”, entregue a coberto do Requerimento n.º 1783/17, registado em 2017/10/18, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.**

**3- NOTIFICAR os interessados que devem apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**3 - REQ. N. 1645/17, DATADO DE 20/09/2017 – PC N.º 367/17, DATADO DE 10/08/2017 – MARIA SALETE BRAZ MORGADINHO**

1017 - Presente requerimento n.º 1645/17, registado em 2017/08/10, constante do processo camarário n.º 367/17, referente ao **pedido de licenciamento (legalização) da obra de alteração e ampliação de moradia e do anexo** erigidos no prédio urbano situado na Rua da Indústria, n.º 10, em Vieira de Leiria, inscrito na matriz predial sob o n.º 2.820 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8.040, apresentado por **MARIA SALETE BRAZ MORGADINHO**, com o NIF 116990520, residente na Rua da Indústria, n.º 10, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2017/09/21, favorável à aprovação da componente arquitetura.

**Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 367/17, registado em 2017/08/10, referente ao pedido de licenciamento (legalização) da obra de alteração e ampliação de moradia e do anexo erigidos no prédio urbano situado na Rua da indústria, n.º 10, em Vieira de Leiria, inscrito na matriz predial sob o n.º 28.20 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8.040, apresentado por MARIA SALETE BRAZ MORGADINHO, com o NIF 116990520, residentes na Rua da Indústria, n.º 10, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Delibera ainda informar a interessada que deve apresentar, no prazo máximo de seis meses, a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**4 - REQ. N. 1461/17, DATADO DE 18/08/2017 – PC N.º 224/17, DATADO DE 31/05/2017 – MARIA DE LURDES MOLEIRINHO FERREIRA DA CRUZ E AMÍLCAR LEAL DA CRUZ**

1018 - Presentes requerimentos n.º 931/17 e n.º 1461/17, registados em 2017/05/31 e em 2017/08/18, respetivamente, do processo camarário n.º 224/17, referente a pedido de **licenciamento (legalização) de obra de alteração e ampliação de moradia, legalização da obra de construção de um anexo, e licenciamento da obra de demolição de muro, integrado no procedimento, para o** prédio urbano situado na Travessa dos Verginhos, Lugar de Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 11108, descrito na Conservatória do registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1779, apresentado por **MARIA DE LURDES MOLEIRINHO FERREIRA DA CRUZ**, com o NIF 116963611, e por **AMÍLCAR LEAL DA CRUZ**, com o NIF 153415860, ambos residentes na Rua Amílcar Paulo Grilo, n.º 13, lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande. Presente projeto de arquitetura, devidamente instruído com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro. Presente parecer técnico, datado de 2017/06/20, favorável sob a componente arquitetura. Presentes elementos enquadrados no disposto no n.º 2 do artigo 57º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande - RMEUMMG, ao nível dos projetos das especialidades. Presente parecer técnico, datado de 2017/09/13, que atesta, terem sido apresentados os projetos das elementos necessários à operação urbanística, encontrando-se em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

**Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, de **licenciamento (legalização) de obra de alteração e ampliação de moradia, licenciamento (legalização) da obra de construção de um anexo, e licenciamento da obra de demolição de muro, integrado no procedimento, para o** prédio urbano situado

na Travessa dos Verginhos, Lugar de Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 11108, descrito na Conservatória do registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1779, com processo camarário n.º 224/17, registado em 2017/05/31, apresentado por MARIA DE LURDES MOLEIRINHO FERREIRA DA CRUZ, com o NIF 116963611, e por AMÍLCAR LEAL DA CRUZ, com o NIF 153415860, ambos residentes na Rua Amílcar Paulo Grilo, n.º 13, lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Delibera ainda informar os requerentes do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, devem, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal devem, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata do projeto e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Devem assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, na sua redação atual. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção.

4- Mais se informa que concluída a obra devem entregar na câmara municipal o livro de obra e fichas de triagem de RCD.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**5 - REQ. N. 1801/17, DATADO DE 20/10/2017 – PC N.º 333/17, DATADO DE 26/07/2017 – MARIA LUCILIA SILVA PEREIRA GOUVEIA, MARIA EDUARDA DA SILVA PEREIRA GOUVEIA PARREIRA E JOAQUIM DA SILVA PEREIRA GOUVEIA**

1019 - Presentes requerimentos n.º 1330/17 e n.º 1801/17, registados em 2017/07/26 e em 2017/10/20, respetivamente, do processo camarário n.º 333/17, referente a pedido de **licenciamento (legalização) de obra de alteração da moradia** erigida no prédio urbano situado na Rua da Serraria, n.º 17, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3960, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 335, apresentado por **MARIA LUCÍLIA SILVA PEREIRA GOUVEIA GUERRA**, com o NIF 105775231, com residência no Largo da República, n.º 16, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, por **MARIA EDUARDA DA SILVA PEREIRA GOUVEIA PARREIRA**, com o NIF 129857564, com residência na Travessa José Ascenso Filipe, n.º 13, Marinha Grande, e por **JOAQUIM DA SILVA PEREIRA GOUVEIA**, com o NIF 214113167, representado por João Carlos Gouveia Guerra, com o NIF 219676739, com residência na Praça Aniceto do Rosário, n.º 7, 3º Esq., Lisboa.

Presentes projetos devidamente instruído com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e elementos enquadrados no disposto no n.º 2 do artigo 57º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande - RMEUMMG, ao nível dos projetos das especialidades.

Presente parecer técnico, datado de 2017/10/27, favorável sob a componente arquitetura.



Presente parecer técnico, datado de 2017/10/25, que atesta encontrarem-se reunidas condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

**Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, pedido de licenciamento (legalização) de obra de alteração da moradia erigida no prédio urbano situado na Rua da Serraria, n.º 17, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3960, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 335, com processo camarário n.º 333/17, registado em 2017/07/26, apresentado por MARIA LUCÍLIA SILVA PEREIRA GOUVEIA GUERRA, com o NIF 105775231, com residência no Largo da República, n.º 16, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, por MARIA EDUARDA DA SILVA PEREIRA GOUVEIA PARREIRA, com o NIF 129857564, com residência na Travessa José Ascenso Filipe, n.º 13, Marinha Grande, e por JOAQUIM DA SILVA PEREIRA GOUVEIA, com o NIF 214113167, representado por João Carlos Gouveia Guerra, com o NIF 219676739, com residência na Praça Aniceto do Rosário, n.º 7, 3º Esq., Lisboa.

**Delibera ainda informar os requerentes do seguinte:**

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, devem, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2- Devem assegurar a instalação de recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**6 - REQ. N. 1181/17, DATADO DE 06/07/2017 – PC N.º 285/17, DATADO DE 06/07/2017 – RTJ-PLASTICOS, S.A**

1020 - Presente pedido com o registo n.º 1181/17, datado de 06/07/2017, relativo a **ampliação e legalização de ampliação de uma unidade industrial** sita na rua da Indústria Metalúrgica, n.º 707, Cumeiras, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 369, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18720, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 285/17, com data de entrada de 06/07/2017, apresentado por **RTJ-PLASTICOS, S.A**, com o NIPC 502 626 704, com sede em Cumeiras - Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente processo de regularização extraordinária, com o n.º 7/16, apresentado a 04/01/2016 pela empresa **RTJ-PLASTICOS, S.A**, a exercer a sua atividade nesta unidade, o qual obteve, em reunião de Conferência Decisória realizada a 11/11/2016, deliberação favorável condicionada;

Presente informação técnica, datada de 25/10/2017, que atesta encontrar-se o processo relativo à ampliação e à legalização das ampliações efetuadas na unidade industrial em causa em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo relativo à ampliação e legalização de ampliação de uma unidade industrial sita na rua da Indústria Metalúrgica, n.º 707, Cumeiras, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 369, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18720, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 285/17, com data de entrada de 06/07/2017, apresentado por RTJ-PLASTICOS, S.A, com o NIPC 502 626 704, com sede em Cumeiras - Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande;

**Mais delibera** informar que a concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor;

**Delibera**, igualmente, informar que, após obtenção do título de autorização de utilização, se deverá proceder à atualização dos elementos constantes no respetivo licenciamento industrial, nos termos do disposto no Capítulo IV - regime das alterações aos estabelecimentos industriais - do Sistema da Indústria Responsável (SIR), publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**7 - REQ. N. 1701/17, DATADO DE 29/09/2017 – PC N.º 296/16, DATADO DE 21/07/2016 – IMARJOSIL-COMPRA E VENDA DE IMOVEIS, LDA.**

1021 - Presente pedido com o registo n.º 1701/17, datado de 29/09/2017, relativo ao licenciamento de uma edificação de apoio a atividade agrícola e a cedência para domínio público de uma parcela com a área de 350,00 m2, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.783 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.797, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 296/16, com data de entrada de 21/07/2016, apresentado por **IMARJOSIL-COMPRA E VENDA DE IMOVEIS, LDA.**, com o NIPC 504 038 079, com sede na rua da Feira, Bidoeira de Cima, freguesia de Bidoeira de Cima e concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 29/12/2016;

Presente informação técnica, datada de 24/10/2017, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 26/10/2017, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido relativo ao licenciamento de uma edificação de apoio a atividade agrícola e a cedência para domínio público de uma parcela com a área de 350,00 m2, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12783 e inscrito na matriz predial urbana

sob o artigo n.º 17797, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 296/16, com data de entrada de 21/07/2016, apresentado por IMARJOSIL-COMPRA E VENDA DE IMOVEIS,LDA., com o NIPC 504 038 079, com sede na rua da Feira, Bidoeira de Cima, freguesia de Bidoeira de Cima e concelho de Leiria.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**8 - REQ. N. 1736/17, DATADO DE 09/10/2017 – PC N.º 473/16, DATADO DE 10/11/2016 – ORLANDO MANUEL FERNANDES DUARTE, MANUEL DUARTE GRÁCIO E LÚCIA MARIA FERNANDES DUARTE**

1022 - Presente pedido com o registo n.º1736/17, datado de 09/10/2017, relativo a **alteração e ampliação de edifício existente para instalação de unidade industrial do tipo 3**, no prédio sito na rua Augusto Costa, n.º 39, Tojeira de Picassin, Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.878 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.082, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 473/16, com data de entrada de 10/11/2016, apresentado por **ORLANDO MANUEL FERNANDES DUARTE**, com o NIF 193 426 676, residente na rua da Fonte Velha, n.º 30, Embra, **MANUEL DUARTE GRÁCIO**, com o NIF 103 865 403, residente na rua Augusto Costa, n.º 39, Pedrulheira e **LÚCIA MARIA FERNANDES DUARTE**, com o NIF 178 952 940, residente na rua da Fonte Velha, n.º 28, Embra, todos da freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 26/01/2017;

Presente informação técnica, datada de 17/10/2017, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 24/10/2017, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alteração e ampliação de edifício existente para instalação de unidade industrial do tipo 3, no prédio sito na rua Augusto Costa, n.º 39, Tojeira de Picassin, Marinha

Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.878 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.082, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 473/16, com data de entrada de 10/11/2016, apresentado por ORLANDO MANUEL FERNANDES DUARTE, com o NIF 193 426 676, residente na rua da Fonte Velha, n.º 30, Embra, MANUEL DUARTE GRÁCIO, com o NIF 103 865 403, residente na rua Augusto Costa, n.º 39, Pedrulheira e LÚCIA MARIA FERNANDES DUARTE, com o NIF 178 952 940, residente na rua da Fonte Velha, n.º 28, Embra, todos da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**9 - REQ. N. 1535/17, DATADO DE 01/09/2017 – PC N.º 398/17, DATADO DE 01/09/2017 – ELSA SOFIA MARTINHO RUIVO**

1023 - Presente pedido com o registo n.º 1535/17, datado de 01/09/2017, relativo a **legalização de ampliação de uma unidade industrial** sita na rua Nova do Moinho de Cima, n.º 44, Albergaria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9190, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 11390, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 398/17, com data de entrada de 01/09/2017, apresentado por **ELSA SOFIA MARTINHO RUIVO**, com o NIF 214 184 242, residente na rua Cidade do Fundão, n.º 359, 1º D.to., freguesia e concelho da Marinha Grande, na qualidade de titular do prédio onde se situa a unidade industrial;

Presente processo de regularização extraordinária, com o n.º 5/16, apresentado a 04/01/2016 pela empresa **3DJR**, a exercer a sua atividade nesta unidade, o qual obteve, em reunião de Conferência Decisória realizada a 31/10/2016, deliberação favorável condicionada;

Presente informação técnica, datada de 23/10/2017, que atesta encontrar-se o processo de legalização das ampliações efetuadas em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo relativo à legalização da

ampliação de uma unidade industrial, sita na rua Nova do Moinho de Cima, n.º 44, Albergaria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9190, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 11390, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 398/17, com data de entrada de 01/09/2017, apresentado por ELSA SOFIA MARTINHO RUIVO, com o NIF 214 184 242, residente na rua Cidade do Fundão, n.º 359, 1º D.to., freguesia e concelho da Marinha Grande;

Mais delibera informar que a concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor;

Delibera, igualmente, informar que, após obtenção do título de autorização de utilização, se deverá proceder à atualização dos elementos constantes no respetivo licenciamento industrial, nos termos do disposto no Capítulo IV - regime das alterações aos estabelecimentos industriais - do Sistema da Indústria Responsável (SIR), publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio, a mera comunicação prévia respetiva.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**10 - REQ. N. 1754/17, DATADO DE 12/10/2017 – PC N.º 185/16, DATADO DE 19/05/2016 – MOLDETEFA INDUSTRIA DE MOLDES PARA PLASTICOS LDA.**

1024 - Presente pedido com o registo n.º 1754/17, datado de 12/10/2017, relativo a alterações no muro confinante com arruamento a executar em obra, titulada pelo alvará de licença de construção n.º 37/17, válido até 15/12/2018, nos prédios situados na estrada do Guilherme, registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.os 16.248 e 15.208 e inscritos na matriz predial rústica respetivamente sob os artigos n.º 2.294 e 2.295, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 185/16, com data de entrada de 19/05/2016, apresentado por **MOLDETEFA INDUSTRIA DE MOLDES PARA PLASTICOS LDA**, com o NIPC 503835820, com sede na rua 1º de Dezembro, s/n, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande; Presente informação técnica, datada de 20/10/2017, que atesta encontrar-se o projeto de alterações apresentado em condições de ser aprovado.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo relativo a alterações no muro confinante com arruamento a executar em obra, titulada pelo alvará de licença de construção n.º 37/17, válido até 15/12/2018, nos prédios situados na estrada do Guilherme, registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.os 16248 e 15208 e inscritos na matriz predial rústica respetivamente sob os artigos n.º 2294 e 2295, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 185/16, com data de entrada de 19/05/2016, apresentado por **MOLDETEFA INDUSTRIA DE MOLDES PARA PLASTICOS LDA**, com o NIPC

**503835820, com sede na rua 1º de Dezembro, s/n, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**11 - REQ. N. 1663/17, DATADO DE 25/09/2017 – PC N.º 214/15, DATADO DE 22/06/2015 – BANCO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO, S.A.**

1025 - Presente processo camarário n.º 214/15, registado em 2015/06/22, referente ao pedido de **licenciamento de obras de alteração** (já realizadas e a realizar) na habitação e **obra de construção de muro de vedação**, incidentes no prédio urbano sito na Rua dos Guilhermes, n.º 34, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 18.098 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5.047, apresentado por **BANCO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO, S.A.**, com o NIPC 502924047, com sede na Rua do Ouro, n.º 130, Lisboa, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2016/12/05, com condicionalismos.

Presentes projetos das especialidades acompanhados com termos de responsabilidade subscritos por técnicos legalmente habilitados e instruídos ao abrigo da legislação em vigor, nomeadamente o disposto no n.º 1 do artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente aditamento à componente arquitetura.

Presentes pareceres técnicos, datados de 2017/07/03 e de 2017/10/13, que atestam encontrarem-se reunidas as condições para que a Câmara Municipal tome uma decisão final sobre o pedido de licenciamento apresentado.

**Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

**1 - DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obras de alteração (já realizadas e a realizar) na habitação e obra de construção de muro de vedação, incidentes no prédio urbano sito na Rua dos Guilhermes, n.º 34, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 18.098 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5.047, com processo camarário n.º 214/15, registado em 2015/06/22, apresentado por BANCO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO, S.A., com o NIPC 502924047, com sede na Rua do Ouro, n.º 130, Lisboa.**

**2 - Manter a decisão expressa no ponto n.º 2 da Deliberação de Câmara de 2017/06/07, que aprovou o projeto de arquitetura, pela qual foi aceite para o domínio público a faixa de terreno com a área de 7,92 m2, ao longo da frente do prédio confinante com a Rua dos Guilhermes, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente ao desenho “Implantação - F21, de Junho de 2016”, entregue a coberto do requerimento n.º 1968/16, registado em 2016/11/22, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.**

**Mais delibera:**

- a) Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- b) Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- c) Deverá assegurar a execução do passeio em blocos retangulares de betão (0.20mX0,10mX0,06m) assente em base de Tout-Venant com 0,15m de espessura e lancil de de betão com espessura de 0,12m.
- d) Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.
- e) Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
- f) Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, na sua redação atual. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**12 - REQ. N. 1637/17, DATADO DE 19/09/2017 – PC N.º 309/16, DATADO DE 29/07/2016 – LUÍS MIGUEL CARVALHEIRO MONTEIRO**

1026 - Presente requerimento n.º 1637/17, datado de 2017/09/19, constante do processo camarário n.º 309/16, subscrito por **LUÍS MIGUEL CARVALHEIRO MONTEIRO**, com o NIF 190383445, residente na rua Cidade do Fundão, n.º 70, 3.º eq., freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da “**Legalização de alterações de moradia e anexo**”, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua dos Francos, n.º 53, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 11.371 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 9.648, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2017/03/23.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2017/09/26, referente aos projetos das especialidades apresentados.

**Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da “**Legalização de alterações de moradia e anexo**”, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua dos Francos, n.º 53, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 11371 e inscrito na matriz sob o artigo número 9648, com o número de

processo 309/16, com data de entrada em 2016/07/29, apresentado por LUÍS MIGUEL CARVALHEIRO MONTEIRO, com o NIF 190383445, residente na rua Cidade do Fundão, n.º 70, 3.º esq., freguesia e concelho de Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**13 - REQ. N. 1635/17, DATADO DE 19/09/2017 – PC N.º 186/17, DATADO DE 10/05/2017 – JOSÉ NUNES FRANCISCO**

1027 - Presente requerimento n.º 1635/17, datado de 2017/09/19, constante do processo camarário n.º 186/17, subscrito por **JOSÉ NUNES FRANCISCO**, com o NIF 173612725, residente em rua da Capela, n.º 11, Casal dos Ledos, freguesia e concelho de Batalha, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Demolição de edificação existente”** e **“Construção de moradia unifamiliar”**, incidente sobre um prédio urbano, sito no lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 3808 e inscrito na matriz sob o artigo número 2208, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2017/07/13.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2017/09/26, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de **“Demolição de edificação existente”** e **“Construção de moradia unifamiliar”**, incidente sobre um prédio urbano, sito no lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 3808 e inscrito na matriz sob o artigo número 2208, com o número de processo 186/17, com data de entrada em 2017/05/10, apresentado por **JOSÉ NUNES FRANCISCO**, com o NIF 173612725, residente em rua da Capela, n.º 11, Casal dos Ledos, freguesia e concelho de Batalha.

ACEITAR A CEDÊNCIA, para domínio público, da faixa de terreno com a área de 99,00m2, ao longo da frente do prédio confinante com a rua Dr. Franklin Vieira Dias, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à **“IMPLANTAÇÃO”**, com o número **“DESENHO 3”**, datada de maio de 2017, entregue a coberto do requerimento n.º 806/17, datado de 2017/05/10, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.



2 - Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**14 - REQ. N. 1647/17, DATADO DE 21/09/2017 – PC N.º 233/17, DATADO DE 06/06/2017 – FILIPA ALEXANDRA LOUREIRO COELHO**

1028 - Presente requerimento n.º 1647/17, datado de 2017/09/21, constante do processo camarário n.º 233/17, subscrito por **FILIPA ALEXANDRA LOUREIRO COELHO**, com o NIF 210165359, residente em rua dos Outeirinhos, n.º 56 - 1.º esq., freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação**”, incidente sobre um prédio rústico, sito na rua da Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13.408 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 10.699, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2017/08/17.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2017/09/27, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “**Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação**”, incidente sobre um prédio rústico, sito na rua da Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13408 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 10699, com o número de processo 233/17, com data de entrada em 2017/06/06, apresentado por **FILIPA ALEXANDRA LOUREIRO COELHO**, com o NIF 210165359, residente em rua dos Outeirinhos, n.º 56 - 1.º esq., freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 53,80m<sup>2</sup>, ao longo da frente do prédio confinante com a rua da Portela, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “**Implantação**”, com o número “**Desenho n.º 1**”, datada de junho de 2017, entregue a coberto do requerimento n.º 986/17, datado de 2017/06/06, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

2. Execução de passeio público conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “**Implantação**”, com o número “**Desenho n.º 1**”, datada de junho de 2017, entregue a coberto do requerimento n.º 986/17, datado de 2017/06/06, sendo a pavimentação efetuada em calçada de calcário com as dimensões de 0,05x0,05x0,05m, após execução de uma base em “**tout-venant**” com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser em calcário com as dimensões de 0,13m (largura à vista) x 0,20m (altura) x 0,13m (largura da base).

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Deverá solicitar aos serviços de Águas e Saneamento a ligação da rede predial de água e rede de drenagem predial de águas residuais domésticas e pluviais, às redes públicas existentes na rua da Portela.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**15 - REQ. N. 968/17, DATADO DE 05/06/2017 – PC N.º 229/17, DATADO DE 05/06/2017 – PORTUTECMO MOLDES P/ PLASTICOS LDA**

1029 - Presente pedido com o registo n.º 968/17, datado de 05/06/2017, relativo a **alteração de fachada** de um edifício sito na estrada de Leiria, n.º 233, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11580 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18847, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 229/17, com data de entrada de 05/06/2017, apresentado por **PORTUTECMO MOLDES P/ PLASTICOS LDA**, com o NIPC 504 322 540, com sede no edifício Cristal Park, Fração E, estrada de Leiria, 233, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 12/10/2017, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alteração de fachada de um edifício sito na estrada de Leiria, n.º 233, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11580 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18847, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 229/17, com data de entrada de 05/06/2017, apresentado por **PORTUTECMO MOLDES P/ PLASTICOS LDA**, com o NIPC 504 322 540, com sede no edifício Cristal Park, Fração E, estrada de Leiria, 233, freguesia e concelho da Marinha Grande.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

**3 – Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**16 - REQ. N. 1724/17, DATADO DE 04/10/2017 – PC N.º 177/14, DATADO DE 23/05/2014 – CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES E ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS**

1030 - Presentes requerimentos n.º 819/17, n.º 1184/17 e n.º 1724/17, registados em 2017/05/11, em 2017/07/06 e em 2017/10/04, respetivamente, do processo n.º 177/14, referente ao pedido de **licenciamento de alterações ao projeto de arquitetura da moradia e do muro**, formulado na vigência do Alvará de Obras de Construção n.º 98/15, para o prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.627 e inscrito na matriz predial rústica sob n.º 17, no lugar do Boco, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, apresentado por **CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES**, com o NIF 205571018 e por **ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS**, com o NIF 211169315, residentes na Rua de Leiria, n.º 5, lugar de Monte Real, concelho de Leiria. Presente parecer técnico, datada de 2017/10/11, que refere que o projeto se encontra apto para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento.

**Após análise do pedido e considerando o parecer técnico, datado de 2017/10/11, que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de alterações ao projeto de arquitetura da moradia e do muro, do processo camarário n.º 177/14, formulado na vigência do Alvará de Obras de Construção n.º 98/15, para o prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.627 e inscrito na matriz predial rústica sob n.º 17, no lugar do Boco, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, apresentado por César Jorge do Couto Fernandes, com o NIF 205571018 e por Ana Paula Calvário dos Santos, com o NIF 211169315, residentes na Rua de Leiria, n.º 5, lugar de Monte Real, concelho de Leiria.**

**Mais delibera informar os requerentes do seguinte:**

- 1- Deverão requerer o averbamento ao Alvará de Obras de Construção.**
- 2- Mantém-se o condicionalismo expresso no n.º 3 e n.º 6 da Deliberação de Câmara de 2015/08/13, que aprovou o pedido referente à obra de construção da moradia e do muro, que se transcrevem e passam a fazer parte integrante da presente deliberação, designadamente:**
  - Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.**

- A concessão da autorização de utilização fica condiciona à prévia apresentação da certidão da Conservatória do Registo Predial atualizada com registo da cedência ao domínio público de 188 m2 do prédio objeto do pedido.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**17 - REQ. N. 1746/17, DATADO DE 10/10/2017 – PC N.º 185/17, DATADO DE 10/05/2017 – ANÍBAL JOSÉ MONTEIRO AGUIAR E MANUELA ALVES DOS REIS MAIA**

1031 - Presente Processo camarário n.º 185/17, registado em 2017/05/10, titulado por **ANÍBAL JOSÉ MONTEIRO AGUIAR**, com o NIF 171746503 e por **MANUELA ALVES DOS REIS MAIA** com o NIF 254104347, residentes no 3 Rue Auguste Dupin, 94520, Mandres Les Rosco - France, referente a pedido de **alteração à licença de operação de loteamento com Alvará de Loteamento Com Obras de Urbanização n.º 2/10**, designadamente alteração à área de construção e para habitação e para anexo e volume de construção máximo **para o Lote n.º 4**, situado na Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.581, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 5.504.

Presentes pareceres técnicos datados de 2017/06/21 e de 2017/10/12, que atestam que o projeto reúne condições para ser aprovado.

**Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 23º do Decreto-Lei n.º 155/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de alteração à licença de operação de loteamento com Alvará de Loteamento Com Obras de Urbanização n.º 2/10, designadamente às condições do Lote n.º 4, situado na Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7581, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 5504, referente ao processo camarário n.º 185/17, registado em 2017/05/10, apresentado por **ANÍBAL JOSÉ MONTEIRO AGUIAR**, com o NIF 171746503 e por **MANUELA ALVES DOS REIS MAIA** com o NIF 254104347, residentes no 3 Rue Auguste Dupin, 94520, Mandres Les Rosco - France, com as seguintes características:

**Lote n.º 4**

**Natureza - Habitação - 1 fogo**

**Área do Lote - 1037,70 m2**

**Número de pisos - 1 para anexos e 1 ou 2 para habitação**

**Cércea - 6,50 m**

**Área máxima de implantação - 380,00 m2**

**Área máxima de construção - 518,85 m2**

**Estacionamento - 1**

**Confrontações:**

**Norte- Manuel Miranda e Outros**

**Nascente - António Carreira e Outros**

**Sul - Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, antiga Rua F**

**Poente- Lote n.º 3**

Delibera ainda informar que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão da alteração à licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**18 - REQ. N. 1469/17, DATADO DE 21/08/2017 – PC N.º 382/17, DATADO DE 21/08/2017 – LISETA HENRIQUES SILVA ROLDÃO**

1032 - Presente requerimento n.º 1469/17, datado de 2017/08/21, constante do processo camarário n.º 382/17, subscrito por **LISETA HENRIQUES SILVA ROLDÃO**, com o NIF 153403233, residente na avenida Eng. Arala Pinto, n.º 40, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Demolição de uma moradia*” existente, implantada sobre um prédio urbano, sito na avenida 1.º de Maio, n.º 165, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os n.º 18.526, dispondo dos artigos matriciais números 3.256, 5.224 e 6.696. Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2017/09/25, que refere que o projeto de demolição apresentado se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Demolição de uma moradia*” existente, implantada sobre um prédio urbano, sito na avenida 1.º de Maio, n.º 165, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os n.º 18526, dispondo dos artigos matriciais números 3256, 5224 e 6696, com o número de processo 382/17, com data de entrada em 2017/08/21, apresentado por **LISETA HENRIQUES SILVA ROLDÃO**, com o NIF 153403233, residente na avenida Eng. Arala Pinto, n.º 40, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente o devido encaminhamento dos entulhos provenientes da demolição, sendo obrigatório efetuar e manter o registo de dados dos resíduos de construção e demolição (RCD's), de acordo com o modelo constante no Anexo II do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12/03, sendo o transporte de resíduos de construção e demolição, acompanhado das respetivas guias de acompanhamento de resíduos, de acordo com os modelos constantes do Anexo I ou II da Portaria n.º 417/2008, de 11/06.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**19 - REQ. N. 1551/17, DATADO DE 04/09/2017 – PC N.º 280/16, DATADO DE 13/07/2016 – JOÃO ALEXANDRE DUARTE BOM**

1033 - Presente requerimento n.º 1551/17, registado em 2017/09/04, subscrito por **JOÃO ALEXANDRE DUARTE BOM**, com o NIF 216534720, com morada na Praça Amílcar Alexandre Gordalina, Lote 13, 4ºC, Gândara dos Olivais, Marrazes, constante do processo

camarário n.º 280/16, de 2016/07/13, referente ao pedido de emissão de certidão comprovativa da verificação dos requisitos de destaque de parcela com 2.843,00 m<sup>2</sup>, do prédio com a área total inicial de 6.130,00 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 4906, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1010, confinante a nascente com a Rua do Outeiro e com a Rua da Agroeira, no lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2017/10/19, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 2.843 m<sup>2</sup>, bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

**Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico datado de 2017/10/19, a Câmara delibera mandar emitir a certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por se ter verificado que a operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 2.843 m<sup>2</sup>, reúne as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do mencionado diploma legal, dado o prédio rústico com área total de 6.130,00 m<sup>2</sup>, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1010, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 4906, se situar no predominantemente perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque, confrontarem com arruamento público, sendo que a Parcela a Destacar confronta com a Rua da Agroeira e a Parcela Remanescente confronta com a Rua do Outeiro. As duas parcelas resultantes do destaque apresentam-se vinculadas ao cumprimento dos indicadores urbanísticos preceituados para o Aglomerado Urbano da Amieira, pelo n.º 10 do artigo 5º do Regulamento do PDMMG em vigor, incidentes sobre a área urbanizável de cada uma das parcelas, nas seguintes condições:**

- Na Parcela a Destacar com 2.843,00 m<sup>2</sup>, apresenta 2.435,00 m<sup>2</sup> em espaço urbanizável, nela poderá ser erigida construção com até quatro fogos, 608,75 m<sup>2</sup> de área bruta de construção, cêrcea máxima de 2 pisos ou 6,50 m de altura, o mínimo de 1 estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 estacionamento por cada 100,00 m<sup>2</sup> de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços;
- Na Parcela Sobrante com 3.287,00 m<sup>2</sup>, apresenta 2.969,00 m<sup>2</sup> em espaço urbanizável, nela poderá ser erigida construção com até seis fogos, 742,25 m<sup>2</sup> de área bruta de construção, cêrcea máxima de 2 pisos ou 6,50 m de altura, o mínimo de 1 estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 estacionamento por cada 100,00 m<sup>2</sup> de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços.

Mais delibera que na certidão a emitir conste a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**20 - REQ. N. 1646/17, DATADO DE 20/09/2017 – PC N.º 422/17, DATADO DE 20/09/2017 – ANDREIA CRISTINA TEIXEIRA SALGUEIRO**

1034 - Presente requerimento n.º 1646/17, datado de 2017/09/20, constante do processo camarário n.º 442/17, referente ao “*Pedido de emissão de certidão comprovativa de verificação dos requisitos de destaque de parcela*” de terreno com a área de 2.084,00 m<sup>2</sup>, a incidir sobre o prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9754 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 6.743, com a área total inicial de 4.168,00m<sup>2</sup>, localizado na rua João Fresco, lugar de Pedra de Baixo, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2017/09/29, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários ao deferimento da operação de destaque requerida, bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

**Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico datado de 2017/09/29, a Câmara delibera mandar emitir a certidão comprovativa de verificação dos requisitos de destaque de parcela de terreno com a área de 2.084,00 m<sup>2</sup>, a incidir sobre o prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9754 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 6.743, com a área total inicial de 4.168,00m<sup>2</sup>, localizado na rua João Fresco, lugar de Pedra de Baixo, freguesia e concelho de Marinha Grande, para efeitos de registo predial, por se encontrarem reunidas as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, dado o prédio se situar em perímetro urbano e as duas parcelas resultantes da operação de destaque, confrontarem com arruamento público.**

**Mais delibera que na certidão a emitir conste a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**21 - REQ. N. 1658/17, DATADO DE 22/09/2017 – PC N.º 428/17, DATADO DE 22/09/2017 – MARICORDEIRO - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA.**

1035 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1658/17, datado de 22/09/2017, apresentado por **MARICORDEIRO - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA.**, com o NIPC 506403122, com sede em Rua do Vale, n.º 47, Casal dos Claros, freguesia de Amor e concelho de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua Ilídio Oliveira Guerra, n.º 1, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de alterações licenciadas no âmbito do processo n.º 443/72, titulada pelo alvará de construção n.º 404, emitido em 05/06/1972.

Presente parecer técnico datado de 02/11/2017, bem como despacho da Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Ilídio Oliveira Guerra, n.º 1, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de MARICORDEIRO - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA., com o NIPC 506403122, com sede em Rua do Vale, n.º 47, Casal dos Claros, freguesia de Amor e concelho de Leiria, com a seguinte composição:

1) **Membros efetivos**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Nuno Fernandes

2) **Membros suplentes**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Álvaro Letra

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**22 - REQ. N. 1715/17, DATADO DE 03/10/2017 – PC N.º 361/12, DATADO DE 30/11/2012 – SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1.º DE DEZEMBRO**

1036 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1658/17, datado de 22/09/2017, apresentado por **SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1.º DE DEZEMBRO**, com o NIPC 501623906, com sede em Rua Principal, n.º 39, Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito no mesmo local, objeto de alterações licenciadas no âmbito do processo n.º 443/72, titulada pelo alvará de construção n.º 404, emitido em 05/06/1972.

Presente parecer técnico datado de 01/11/2017, bem como despacho da Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Principal, n.º 39, Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1.º DE DEZEMBRO, com o NIPC 501623906, com sede na mesma morada, com a seguinte composição:



**1) Membros efetivos**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

**2) Membros suplentes**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**23 - REQ. N. 1670/17, DATADO DE 26/09/2017 – PC N.º 89/14, DATADO DE 25/03/2014 – DINIS MARQUES & PEDRO, LDA.**

1037 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1658/17, datado de 22/09/2017, apresentado por DINIS MARQUES & PEDRO, LDA., com o NIPC 502040998, com sede em Travessa do Barqueiro, n.º 5, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua Dâmaso Luís dos Santos, Lote 13, Zona Industrial de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande objeto de legalização de alterações comunicadas no âmbito do processo n.º 89/14, no âmbito do qual foi emitido comprovativo de admissão de comunicação prévia de obras de legalização de alterações em 07/11/2014

Presente parecer técnico datado de 29/09/2017, bem como despacho do, à data, Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Dâmaso Luís dos Santos, Lote 13, Zona Industrial de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha, propriedade de DINIS MARQUES & PEDRO, LDA., com o NIPC 502040998, com sede em Travessa do Barqueiro, n.º 5, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

**1) Membros efetivos**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

**2) Membros suplentes**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**24 - REQ. N. 1434/17, DATADO DE 14/08/2017 – PC N.º 399/15, DATADO DE 27/10/2015  
– ANTÓNIO AUGUSTO AMARAL**

1038 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1658/17, datado de 22/09/2017, apresentado por **ANTÓNIO AUGUSTO AMARAL**, com o NIF 136853064, com morada em Rua Leopoldo de Almeida, n.º 74, R/C Dt.º, Algueirão, Mem Martins, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua de Leiria, n.º 42 Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de alterações, licenciadas no âmbito do processo n.º 89/14, tendo sido emitido o alvará de licença de legalização n.º 26/17, em 24/05/2017.

Presente parecer técnico datado de 29/09/2017, bem como despacho do, à data, Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua de Leiria, n.º 42 Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de **ANTÓNIO AUGUSTO AMARAL**, com o NIF 136853064, com morada em Rua Leopoldo de Almeida, n.º 74, R/C Dt.º, Algueirão, Mem Martins, com a seguinte composição:

1) **Membros efetivos**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

2) **Membros suplentes**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**25 - REQ. N. 1390/17, DATADO DE 04/08/2017 – PC N.º 248/15, DATADO DE 24/07/2015  
– LEONEL OLIVEIRA DE SOUSA**

1039 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1390/17, datado de 04/08/2017, apresentado por **LEONEL OLIVEIRA DE SOUSA**, com o NIF 183485726, com morada em Rua do Sol, n.º 79, Guarda Nova, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua da Machinha, n.º 878, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de ampliação, licenciadas no âmbito do processo n.º 248/15, tendo sido emitido o alvará de obras de legalização n.º 9/17, em 01/03/2017.

Presente parecer técnico datado de 29/09/2017, bem como despacho do, à data, Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito Rua da Machinha, n.º 878, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, propriedade LEONEL OLIVEIRA DE SOUSA, com o NIF 183485726, com morada em Rua do Sol, n.º 79, Guarda Nova s, com a seguinte composição:**

**1) Membros efetivos**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

**2) Membros suplentes**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**26 - REQ. N. 1394/17, DATADO DE 07/08/2017 – PC N.º 360/17, DATADO DE 07/08/2017 – HORACIO GONÇALVES SANTOS**

1040 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1394/17, datado de 07/08/2017, apresentado por **HORACIO GONÇALVES SANTOS**, com o NIF 166360635, com morada em Rua do 4, n.º 35, Várzea, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua Ilídio Oliveira Guerra, n.º 16 freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 3390/1968, tendo sido emitido o alvará de obras n.º 83/1969, em 02/02/1969, em nome de Manuel Mendes Cardoso.

Presente parecer técnico datado de 29/09/2017, bem como despacho do, à data, Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE –**

**Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua Ilídio Oliveira Guerra, n.º 16 freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de HORACIO GONÇALVES SANTOS, com o NIF 166360635, com morada em Rua do 4, n.º 35, Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

**1) Membros efetivos**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

**2) Membros suplentes**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**27 - REQ. N. 1773/17, DATADO DE 17/10/2017 – PC N.º 1118/01, DATADO DE 26/11/2001**  
**– LISTUR - CONSTRUÇÃO, IMÓVEIS E TURISMO, LDA**

1041 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 375/17, datado de 06/03/2017, apresentado por **LISTUR - CONSTRUÇÃO, IMÓVEIS E TURISMO, LDA.**, com o NIPC 502060409, com sede em Rua Belém do Pará – Edif. Golfinho, Calhau, freguesia e concelho de Nazaré, a solicitar a autorização de utilização para as frações “D”, “F”, “G”, “I”, “J”, “L”, “N”, “O” e “Q”, do edifício sito na Avenida Aníbal Guedes Coelho, Lote 5, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo camarário n.º 1118/01, titulada pelo alvará de construção n.º 804/02, datado de 04/11/2002, e pelo alvará de alterações n.º 76/08, emitido em 28/03/2008.

Presente parecer técnico datado de 06/11/2017, bem como despacho do Vereador da Área de Desenvolvimento Estratégico – Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria às frações “D”, “F”, “G”, “I”, “J”, “L”, “N”, “O” e “Q” do edifício sito em Avenida Aníbal Lopes Coelho, Lote 5, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de LISTUR - CONSTRUÇÃO, IMÓVEIS E TURISMO, LDA., com o NIPC 502060409, com sede em Rua Belém do Pará – Edif. Golfinho, Calhau, freguesia e concelho de Nazaré, com a seguinte composição:**

**1) Membros efetivos**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

**2) Membros suplentes**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**28 - E/8408/2017 – RECLAMAÇÃO SOBRE DANOS EM EDIFÍCIO – PEDIDO DE VISTORIA – MIGUEL BASTOS ANDRE - DETERMINAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE VISTORIAS**

1042 - Presente requerimento formulado por Miguel Bastos André, registado sob o n.º E/8408/2017, na qualidade de proprietário do prédio sito no Largo das Antigas Serrações, S. Pedro de Moel, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 16.628, relativamente a apresentação de reclamação sobre a existência de danos alegadamente provocados pela vegetação selvagem existente nas dunas confinantes com a edificação e pelo deslizamento de terras/areias.

Presente despacho proferido em 26/09/017 pelo, à data Presidente da Câmara, a determinar a realização de vistoria.

**Após análise do requerimento, a Câmara Municipal determina que a respetiva Comissão de Vistorias tenha a seguinte composição:**

**Membros efetivos:**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Engenheiro Vasco Fernandes**

**Membros suplentes:**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Dr. Hugo Areal**

Delibera, ainda, informar o proprietário do imóvel, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90.º do RJUE, até à véspera da vistoria, poderá indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**29 - REQ. N. 1834/17, DATADO DE 25/10/2017 – PC N.º 477/17, DATADO DE 25/10/2017**  
**– FREDERICO MANUEL GOMES BAROSA**

1043 - Presente requerimento n.º 1834/17, datado de 25/10/2017, respeitante ao **pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande**, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **FREDERICO MANUEL GOMES BAROSA**, com o NIF 194089967, residente na Rua Comendador Santos Barosa, n.º 3, freguesia e concelho da Marinha Grande, respeitante ao edifício **sito na Rua da Covina**, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.427 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.291.

Presente parecer técnico datado de 02/11/2017, sobre o assunto.

Considerando que:

- A delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande foi aprovada pela Assembleia Municipal da Marinha Grande na sua segunda reunião realizada no dia 1 de dezembro de 2014, da sessão ordinária de 24 de novembro de 2014, e publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 245, de 19 de dezembro de 2014 (Aviso n.º 14276/2014).
- A delimitação da ARU permite o acesso a um conjunto de benefícios fiscais sobre os prédios urbanos abrangidas por esta, quando objeto de ações reabilitação, iniciadas após 1 de janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de dezembro de 2020, nos termos do disposto nos n.º 20.º e n.º 21.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, na redação em vigor.
- De acordo com o disposto nos números 7 e 8 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação beneficiam das seguintes isenções:
  - a) Isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos.
  - b) Isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) nas aquisições de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado;
- De acordo com o estipulado no n.º 24 do mencionado artigo 71.º *“A comprovação do início e da conclusão das ações de reabilitação é da competência da câmara municipal”*, que deve *“certificar o estado dos imóveis, antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação”*.
- Segundo o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, compete aos serviços municipais, em vistoria realizada para o efeito, classificar o estado de conservação do edifício, em sede de reabilitação urbana, com referência aos níveis de conservação constantes no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012.
- A determinação do nível de conservação do imóvel deve obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, devendo ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal.

**A Câmara Municipal delibera:**

Determinar, considerando o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a realização de vistoria ao edifício sito na Rua da Covina, freguesia de Marinha Grande, erigido no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.427 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.291, propriedade de FREDERICO MANUEL GOMES BAROSA, com o NIF 194089967, com morada na Rua Comendador Santos Barosa, n.º 3, freguesia e concelho da Marinha Grande, para efeitos de classificação do estado inicial do edifício, devendo a determinação do nível de conservação do imóvel obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal;

Mais delibera determinar que a vistoria seja realizada em 22/11/2017, pelas 10:00, e que a respetiva Comissão tenha a seguinte composição:

**Membros efetivos:**

Arquiteta Margarida Abraúl  
Arquiteto Alexandre Fava  
Engenheiro Rui Vicente

**Membros suplentes:**

Arquiteto Miguel Figueiredo  
Arquiteto Ricardo Santos  
Engenheira Cristina Silva

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**30 - REQ. N. 1374/11, DATADO DE 03/08/2017 – PC N.º 394/2017, DATADO DE 03/08/2017 – FABIANA PATRICIA MODERNO FORTUNATO E ESTEFANIO OLIVEIRA MARTINS**

1044 - Presente requerimento n.º 1374/17, datado de 03/08/2017, respeitante ao **pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande**, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **FABIANA PATRICIA MODERNO FORTUNATO**, com o NIF 208054987, e por **ESTEFANIO OLIVEIRA MARTINS**, com o NIF 201710579, residentes na Rua António de Sousa Calado, n.º 5, lugar de Figueiras, freguesia e concelho da Marinha Grande, respeitante ao edifício **sito na Rua Pedro Viana e Largo do Albuquerque, n.º 13** descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.349 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 223.

Presente parecer técnico datado de 02/11/2017, sobre o assunto.

Considerando que:

- A delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande foi aprovada pela Assembleia Municipal da Marinha Grande na sua segunda reunião realizada no dia 1 de dezembro de 2014, da sessão ordinária de 24 de novembro de 2014, e publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 245, de 19 de dezembro de 2014 (Aviso n.º 14276/2014).

- A delimitação da ARU permite o acesso a um conjunto de benefícios fiscais sobre os prédios urbanos abrangidas por esta, quando objeto de ações reabilitação, iniciadas após 1 de janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de dezembro de 2020, nos termos do disposto nos n.º 20.º e n.º 21.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, na redação em vigor.

- De acordo com o disposto nos números 7 e 8 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação beneficiam das seguintes isenções:

a) Isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos.

b) Isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) nas aquisições de prédio urbano ou de fracção autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado;

- De acordo com o estipulado no n.º 24 do mencionado artigo 71.º *“A comprovação do início e da conclusão das ações de reabilitação é da competência da câmara municipal”*, que deve *“certificar o estado dos imóveis, antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação”*.

- Segundo o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, compete aos serviços municipais, em vistoria realizada para o efeito, classificar o estado de conservação do edifício, em sede de reabilitação urbana, com referência aos níveis de conservação constantes no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012.

- A determinação do nível de conservação do imóvel deve obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, devendo ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal.

#### **A Câmara Municipal delibera:**

**Determinar, considerando o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a realização de vistoria ao edifício sito na Rua Pedro Viana e Largo do Albuquerque, n.º 13 descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.349 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 223, propriedade de FABIANA PATRICIA MODERNO FORTUNATO, com o NIF 208054987, e de ESTEFANIO OLIVEIRA MARTINS, com o NIF 201710579, residentes na Rua António de Sousa Calado, n.º 5, lugar de Figueiras, freguesia e concelho da Marinha Grande, para efeitos de classificação do estado inicial do edifício, devendo a determinação do nível de conservação do imóvel obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal;**

**Mais delibera determinar que a vistoria seja realizada em 22/11/2017, pelas 11:00, e que a respetiva Comissão tenha a seguinte composição:**



**Membros efetivos:**

**Arquiteta Margarida Abraúl**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Engenheiro Rui Vicente**

**Membros suplentes:**

**Arquiteto Miguel Figueiredo**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Engenheira Cristina Silva**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**31 - E/7508/2017 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA - EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.**

1045 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/7508/2017, datado de 18/08/2017, apresentado por **EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.**, com o NIPC 504394029, para abertura de vala numa extensão de 270,00 metros de pavimento para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, a levar a cabo em **Rua de Oeiras, Travessa de Oeiras e Rua Fontenay-Sous-Bois**, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 28/08/2017, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 08/09/2014 pelo, à data, Presidente da Câmara Municipal.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de 270,00 metros de pavimento, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Energia Elétrica, apresentado por **EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.**, com o NIPC 504394029, a levar a cabo em **Rua de Oeiras, Travessa de Oeiras e Rua Fontenay-Sous-Bois**, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos eventualmente danificados deverão ser repostos nas devidas condições.
- b) Deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMG), em vigor, e demais legislação aplicável.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**32 - REQ. N. 1718/17, DATADO DE 03/10/2017 – PC N.º 633/2016, DATADO DE 28/12/2016 – CELESTE DE ALMEIDA MODERNO**

**Antes da votação foi colocada a seguinte dúvida:**

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** levantou a questão da legalidade das obras que se detetaram aquando da vistoria e a necessidade de abertura de processo contraordenacional.

A **Sr.ª Presidente** chamou à reunião a Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, **Dr.ª Inês Marrazes**, e a Técnica Superior Jurista da mesma Divisão, **Dr.ª Madalena Oliveira**, que informaram que a proposta dos serviços é de abrir processo de contraordenação, mas a competência é da Sr.ª Presidente e encontra-se delegada no Sr. Vereador.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** percebeu o procedimento mas referiu que falta no processo o despacho para abertura do processo de contraordenação.

De imediato a **Sr.ª Presidente** fez o despacho no processo.

1046 - Presente exposição com o registo de entrada n.º 1718/17, de 03-10-2017, apresentada por Laurinda da Conceição Jorge, residente na rua da Fábrica, Carvalhal, S. Simão de Litém e Maria Isabel de Oliveira Martinho, residente na Urbanização de Vale Mangude, lote n.º 70, 1.º frente, Albufeira, na sequência da notificação da Câmara Municipal para procederem, enquanto proprietárias do prédio sito na rua das Figueiras, n.º 18, Lugar de Cruzes, freguesia e concelho da Marinha Grande, à remoção de todas as edificações ilegais aí existentes ou, no caso de ser viável, à sua legalização.

Presente informação jurídica datada de 19-11-2017, sobre o assunto.

Considerando que:

- Na sequência de notificação para procederem, enquanto proprietárias, à remoção de todas as edificações ilegais ou, no caso de ser viável, à sua legalização, sitas na rua das Figueiras, n.º 18, Lugar de Cruzes, freguesia e concelho da Marinha Grande, Laurinda da Conceição Jorge e Maria Isabel de Oliveira Martinho alegaram, na exposição apresentada sob o n.º 1718/17, de 03-10-2017, que a arrendatária nunca pediu autorização para executar a estrutura que se encontra apoiada num muro, que ameaça ruína, sito naquela morada.
- Mais alegaram que, por esse facto, declinam qualquer tipo de responsabilidade relativamente ao comportamento abusivo da mesma;
- De acordo com o n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, cabe ao proprietário realizar obras de conservação de oito em oito anos e sempre que tal seja necessário para manter a segurança, salubridade e o arranjo estético;
- Cabe, por isso, às proprietárias, já identificadas, tomar as medidas impostas pela deliberação camarária de 28-07-2017, para reporem a legalidade da situação;
- Ficou comprovado, através de vistoria ao local, que a estrutura de madeira, destinada a alpendre e arrumos, composta por pilares e vigas, apoiada, em grande parte, no muro de vedação confinante com a extrema do logradouro, provocou a queda parcial do mesmo.
- O referido muro encontra-se em risco eminente de derrocada, constituindo perigo para a segurança de pessoas e bens;
- A responsabilidade adveniente da conduta abusiva da arrendatária, por ter executado o muro sem prévia autorização das senhorias, constitui uma questão de direito privado, a que a Câmara Municipal é alheia;

**A Câmara Municipal delibera manter o conteúdo da sua deliberação tomada em 28-07-2017, devendo as proprietárias, Laurinda da Conceição Jorge, residente na rua da Fábrica, Carvalhal, S. Simão de Litém e Maria Isabel de Oliveira Martinho, residente na**

**Urbanização de Vale Mangude, lote n.º 70, 1.º frente, Albufeira, do prédio sito na rua das Figueiras, n.º 18, Lugar de Cruzes, freguesia e concelho da Marinha Grande, procederem, no prazo indicado naquela deliberação, à reposição da legalidade, promovendo, para o efeito, a remoção de todas as edificações identificadas no auto de vistoria, datado de 01-03-2017, existentes na mencionada morada, que se encontram ilegais ou, caso seja viável, procederem à legalização das mesmas.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**33 - REQ. N. 1426/17, DATADO DE 11/08/2017 – PC N.º 26/2017, DATADO DE 16/01/2017 – JOSÉ ANTÓNIO DE JESUS FRANCO**

1047 - Presente Participação n.º 26/2016, datada de 2016/12/15, concretizada pela Divisão Jurídica e Comunicação - Fiscalização Municipal, referente a obras de construção de um compartimento para efeito de equipamento técnico (cilindro de aquecimento de águas) com aproximadamente 3,75 m<sup>2</sup> (2,50x1,50), tendo igualmente levado a efeito, no sótão da moradia, a execução de uma instalação sanitária, com área aproximada de 6,00 m<sup>2</sup> (3,00mx2,00m), pavimentação do mesmo e substituiu as caixilharias dos vãos de janelas, na moradia situada no prédio urbano sito na Rua do Pedrogão Grande, n.º 21, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 20.256-P, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20.377, pertença de **JOSÉ ANTÓNIO DE JESUS FRANCO**, contribuinte n.º 147324190, as quais foram executadas em o competente licenciamento Municipal.  
Presente parecer técnico datado de 2017/10/04.

**Depois de analisar a Participação n.º 26/2016, datada de 2016/12/15, concretizada pela Divisão Jurídica e Comunicação - Fiscalização Municipal, referente a obras de construção de um compartimento para efeito de equipamento técnico (cilindro de aquecimento de águas) com aproximadamente 3,75 m<sup>2</sup> (2,50x1,50), tendo igualmente levado a efeito, no sótão da moradia, a execução de uma instalação sanitária, com área aproximada de 6,00 m<sup>2</sup> (3,00mx2,00m), pavimentação do mesmo e substituiu as caixilharias dos vãos de janelas, executadas na moradia erigida no prédio urbano situado na Rua do Pedrogão Grande, n.º 21, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 20.256-P, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20.377, realizadas sem o necessário ato administrativo de controlo prévio que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo 4º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, bem como o parecer técnico datado de 2017/10/04, nos termos do n.º 1 e alínea a) do n.º 2 do artigo 102.º do RJUE, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o proprietário, JOSÉ ANTÓNIO DE JESUS FRANCO, contribuinte n.º 147324190, com residência na Rua do Pedrogão Grande, n.º 21, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, para, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 102º do RJUE, no prazo de 120 dias, contados da data da notificação da presente deliberação, proceder à legalização da operação urbanística.**

**Para o efeito deverá apresentar pedido de licenciamento elaborado em conformidade com normas legais e regulamentares aplicáveis e instruído nos termos descritos na Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril.**

**Delibera ainda informar:**

1- O prédio em causa, encontra-se abrangido por plano municipal de ordenamento do território vigente (Plano Diretor Municipal da Marinha Grande - PDMMG – ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/95, de 9 de Março, publicada no Diário da República, n.º 94 – 1.º Série-B, de 21 de Abril de 1995, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/98, de 10 de Dezembro, publicada no Diário da República, n.º 300 – 1.º Série-B, de 30 de Dezembro de 1998), inserindo-se, de acordo com a Carta de Ordenamento, no Aglomerado Urbano das Trutas, que, de acordo com o n.º 10 do artigo 5º do regulamento do PDMMG, prevê os seguintes indicadores urbanísticos para o local:

Densidade habitacional máxima – 20 f/ha

Índice de construção bruto – 0.25

Cércea máxima – 2 pisos ou 6.5 m de altura

Estacionamento – 1 lugar/fogo para habitação

- 1 lugar/100 m2 de área coberta para comércio e serviços.

2- Deve, ainda, indicar o número do(s) processo(s) camarário(s) referente(s) ao licenciamento das demais construções existentes no prédio. Em caso de construções ilegais, deve em simultâneo proceder à legalização dos edifícios na sua totalidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**34 - REQ. N. 1856/16, DATADO DE 03/11/2016 – PC N.º 527/2016, DATADO DE 03/11/2016 – VÍTOR MANUEL COELHO SOARES**

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** colocou a mesma questão que havia referido no ponto 32, tendo a **Sr.ª Presidente** feito de imediato o despacho para abertura do processo de contraordenação.

1048 - Presente processo camarário n.º 527/2016, registado em 2016/11/03, referente a pedido de emissão de certidão comprovativa de construção anterior ao Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU, para a casa situada na Rua da Portela, n.º 5, lugar de Guarda Nova, em Marinha Grande, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3616, apresentado por **VÍTOR MANUEL COELHO SOARES**, na qualidade de cabeça de casal da herança de Maria de Lourdes Coelho Paulo, com o NIF 742560600, residente na Rua dos Franceses, n.º 29, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, presente na Reunião de Câmara Municipal de 2017/01/26, quando foi deliberado indeferir o pedido formulado, em virtude do processo camarário n.º 658/1951, com Alvará de Licença n.º 219, de 02 de outubro de 1951, nome de Ermelinda Matias Lopes, para o prédio com artigo n.º 3.616, referente à construção de casa de habitação com um piso, com 3 divisões e cerca de 25,50 m2 de área bruta de construção, ter sido registado em 11 de setembro de 1951, data posterior à publicação do Decreto-Lei n.º 38382, de 07 de agosto de 1951, que aprovou o Regulamento Geral das Edificações Urbanas – RGEU, e, considerando que os documentos apresentados pelo interessado indiciam a existência de ampliações/construções realizadas sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, tendo, igualmente, sido deliberado informar e conferir prazo para que o interessado promovesse a legalização das operações urbanísticas.

Presente parecer da Chefe da Divisão de Ordenamento do Território - DOT, datado de 2017/07/25.

Presente despacho do Presidente da Câmara Municipal, datado de 2017/07/26.

Após análise do parecer da Chefe da da Divisão de Ordenamento do Território - DOT, e considerando que VÍTOR MANUEL COELHO SOARES, com o NIF 157844978, residente na Rua dos Franceses, n.º 29, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de Cabeça de Casal da Herança aberta por óbito de Maria de Lourdes Coelho Paulo, que subscreve o pedido formulado pelo processo camarário n.º 527/2016, depois de devidamente notificado pelo ofício n.º 93/17, datado de 2016/11/23, rececionado em 2017/02/01, das decisões tomadas na Reunião de Câmara Municipal de 2017/01/26 para o processo, sem que até à data tenha sido registado procedimento com vista à reposição da legalidade urbanística, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 102º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, conferir o prazo de 120 dias, contados da notificação da presente deliberação, para proceder à necessária legalização das operações urbanísticas realizadas sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, no prédio urbano situado na Rua da Portela, n.º 5, lugar de Guarda Nova, em Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3616.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**35 - REQ. N. 1667/17, DATADO DE 25/09/2017 – PC N.º 479/2017, DATADO DE 25/09/2017 – RUI MANUEL ROSARIO FIGUEIREDO**

1049 - Presente participação concretizada pela DJC – Divisão Jurídica e Comunicação - Fiscalização n.º 27/2017, datada de 2017/07/27, referente a obras de ampliação e obras de alteração da cobertura e alteração da fachada principal e lateral esquerda, da edificação existente no prédio situado na Rua António Maria Da Silva, n.º 21, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, realizadas sem o necessário procedimento de controlo prévio que se refere o n.º 1 do artigo 4º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, pelo seu proprietário/herdeiro, Rui Manuel Rosário Figueiredo, contribuinte n.º 125690010.  
Presente parecer técnico datado de 2017/09/26.

Depois de analisar a participação da Divisão Jurídica e Comunicação – Fiscalização, com o n.º n.º 27/2017, datada de 2017/07/27, referente a obras de ampliação e obras de alteração da cobertura e alteração das fachadas principal e lateral esquerda, da edificação existente no prédio situado na Rua António Maria Da Silva, n.º 21, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, realizadas sem o necessário procedimento de controlo prévio que se refere o n.º 1 do artigo 4º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, bem como o parecer técnico datado de 2017/09/26, a Câmara Municipal delibera nos termos do artigo n.º alínea d) do n.º 2 do artigo 102º do RJUE, NOTIFICAR Rui Manuel Rosário Figueiredo, contribuinte n.º 125690010, residente na Rua António Maria Da Silva, n.º 21, lugar de Comeira, em Marinha Grande, para no prazo de 120 dias, contados da data da notificação da presente deliberação, proceder à legalização da operação urbanística.

Para o efeito deverá apresentar pedido de licenciamento elaborado em conformidade com normas legais e regulamentares aplicáveis e instruído nos termos descritos na Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril.

**Delibera ainda informar:**

**1- O prédio em causa, situado Rua António Maria Da Silva, n.º 21, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, encontra-se abrangido por plano municipal de ordenamento do território vigente (Plano Diretor Municipal da Marinha Grande - PDMMG - ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/95, de 9 de Março, publicada no Diário da República, n.º 94 – 1.º Série-B, de 21 de Abril de 1995, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/98, de 10 de Dezembro, publicada no Diário da República, n.º 300 – 1.º Série-B, de 30 de Dezembro de 1998), inserindo-se, de acordo com a Carta de Ordenamento, no Aglomerado Urbano de Marinha Grande, em espaço designado por “Restante Área Urbana”, que, de acordo com o n.º 8 do artigo 5º do regulamento do PDMMG, prevê os seguintes indicadores urbanísticos para o local:**

**Densidade habitacional máxima – 30 f/ha**

**Índice de construção bruto – 0.6**

**Cércea máxima – 3 pisos ou 9.5 m de altura**

**Estacionamento – 1 lugar/fogo para habitação**

**- 1 lugar/50 m2 de área coberta para comércio e serviços.**

**2- Por antecedentes foi identificado o processos camarário n.º 386/1980, referente a obra de ampliação de uma moradia, com licença n.º 499/1980, em nome de Maria do Rosário.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**36 - REQ. N. 1779/17, DATADO DE 17/10/2017 – PC N.º 303/17, DATADO DE 18/07/2017 – INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE**

**Antes da votação foi colocada a seguinte dúvida:**

**A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** perguntou quando há isenção ou redução.

**A Dr.ª Madalena Oliveira** informou que a prática tem sido a isenção. O Regulamento não está claro e tem-se optado de acordo com a situação mais vantajosa para o requerente, e neste caso é a isenção, que é o que foi pedido.

**A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** realçou o facto de esta isenção, de mais de 58.000 euros em taxas, ser um apoio muito significativo ao IDV, tendo questionado se já apresentaram os projetos.

**A Dr.ª Inês Marrazes** disse que ainda não, porque o ofício que comunicou a deliberação de 22/09/2017 lhes dá um prazo de 6 meses, que vai até março de 2018.

Na sequência das questões colocadas, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou quando é que a Câmara estará preparada para a revisão do RMEU neste aspeto, de modo a evitar dualidade de critérios.

**A Dr.ª Inês Marrazes** informou que o RMEU tem 2 partes: a parte técnica, que tem que ser simplificada, e depois a parte das taxas, que necessita de um estudo técnico e financeiro, que engloba todos os serviços da Câmara e que terá que ser executado mediante uma prestação de serviços externa.

1050 - Presente requerimento com registo de entrada n.º E/7894/2017, datado de 31-08-2017, apresentado por **INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE**, associação sem fins lucrativos, de carácter desportivo, cultural e recreativo, com sede na Rua de Leiria, Lugar de Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, em que solicita que lhe seja concedida a isenção do pagamento das taxas municipais devidas pelo licenciamento da alteração ao campo de futebol de 11 e da execução dos campos de futebol de 5 e 7 e um outro destinado aos “Bambi”, na referida morada, cujo processo tramitou sob n.º 303/17.

Considerando que:

- O Industrial Desportivo Vieirense solicitou, através do requerimento com registo de entrada nº E/7894/2017, de 31 de agosto, a isenção do pagamento das taxas devidas pelo licenciamento da alteração do campo de futebol de 11, execução de dois campos de futebol de 5 e de 7 e um outro destinado aos “Bambi”, a levar a cabo na Rua de Leiria, Lugar de Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande;
- O processo de licenciamento dos referidos campos tramitou sob o n.º 303/17;
- O campo de futebol de 11 encontra-se bastante degradado;
- A construção de mais três campos de futebol é essencial para o desenvolvimento das atividades desportivas levadas a cabo pela referida associação;
- A execução dos mesmos permitirá dar resposta às solicitações das camadas mais jovens, cujo interesse por esta modalidade desportiva é crescente;
- A requerente pretende criar uma equipa de futebol feminino;
- A interessada é uma entidade legalmente existente, sem fins lucrativos, que desenvolve atividades desportivas, culturais e recreativas, tal como mencionado no Capítulo I dos seus estatutos;
- As associações, enquanto elementos dinamizadores do desenvolvimento local e comunitário necessitam de adequadas condições físicas para levar a cabo os seus objetivos;
- A alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização do Município da Marinha Grande estabelece que a Câmara Municipal pode deliberar a isenção ou a redução em 50% das taxas, quando estão em causa associações culturais, desportivas e recreativas, desde que legalmente constituídas, relativamente às pretensões que visem a prossecução dos respetivos fins estatutários;

**A Câmara Municipal perante a relevância das obras a executar, criadoras de melhores condições para o desenvolvimento da atividade desportiva, delibera, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização do Município da Marinha Grande, ISENTAR o INDUSTRIAL DESPORTIVO VIERENSE, NIPC 501254242, com sede na Rua de Leiria, Lugar de Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, associação sem fins lucrativos, de carácter desportivo, cultural e recreativo, do pagamento das taxas municipais, devidas pelo licenciamento da alteração ao campo de futebol de 11 e da execução dos campos de futebol de 5 e de 7 e do destinado aos “Bambi”, sitos na mencionada morada, cujo processo tramitou sob o n.º 303/17, no valor de 58.023,58 Euros (cinquenta e oito mil e vinte e três euros e cinquenta e oito cêntimos), cujo cálculo consta de informação técnica datada de 19-09-2017, que aqui se dá por integralmente reproduzida e se anexa à presente deliberação (Anexo 2), por se encontrarem preenchidos os requisitos previstos na mencionada norma, nomeadamente:**

- A associação prosseguir fins culturais, desportivos e recreativos;
- Encontrar-se legalmente constituída;
- A operação urbanística a realizar visar a prossecução dos fins estatutários da interessada, como demonstrado.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**37 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO DESTINADO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA**

1051 - Presente requerimento, com o registo de entrada n.º E/7564/2017, datado de 16-08-2017, apresentado, por Elias Nogueira Gameiro, morador na Rua Ilha do Corvo, n.º 3, 2.º Dto, Marinha Grande, a solicitar a colocação de uma placa de estacionamento para portadores de deficiência próximo da sua casa.

Presente informação técnica RV-22-2017 de 28-09-2017, a propor uma solução para o caso.

Considerando que:

- O prédio onde o requerente reside, tem uma gare de estacionamento podendo um dos lugares de estacionamento ser reservado ao estacionamento para veículos portadores do dístico de deficientes.
- Os serviços técnicos camarários analisaram a questão e propõem a colocação de um sinal de estacionamento autorizado H1a e um painel adicional Modelo 11d, no lugar de estacionamento mais próximo da entrada do prédio do requerente, na gare de estacionamento existente.

**A Câmara Municipal, depois de analisar a referida exposição, bem como a solução apresentada pelos serviços técnicos camarários delibera, ao abrigo da alínea qq) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 72/2013 de 03 de setembro e 146/2014, de 09 de outubro, mandar colocar um sinal de estacionamento autorizado H1a e um painel adicional Modelo 11d, no lugar de estacionamento mais próximo da entrada do prédio do requerente na gare de estacionamento existente, na Rua Ilha do Corvo.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**38 - PEDIDO DE UM LUGAR DE TOMADA E LARGADA DE PASSAGEIROS NA AV. DR. JOSÉ HENRIQUES VAREDA, 24-A - MARINHA GRANDE.**

1052 - Presente documento E/8648/2017, solicitando a colocação de um sinal C16 (Paragem e estacionamento proibidos), na Av. Dr. José Henriques Vareda, 24-A - Marinha Grande, para Tomada e Largada de Passageiros.

Presente informação técnica RV-24-2017 de 12-10-2017, a propor uma solução para o caso.

Considerando que:

- Existe uma gare de estacionamento com capacidade para o estacionamento para três viaturas em frente ao prédio onde se localiza o estabelecimento comercial, pelo que poderá ser utilizado um dos lugares de estacionamento para cargas e descargas e tomada e largada de passageiros.
- Os serviços técnicos camarários analisaram a questão e propõem a colocação de um sinal de informação de estacionamento autorizado – H1a e um painel adicional modelo 10 b – Cargas e Descargas, conforme estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 22- A/98. Propõem ainda a colocação do sinal, num lugar da gare de estacionamento em frente ao estabelecimento comercial.

**A Câmara Municipal, depois de analisar a referida exposição, bem como a solução apresentada pelos serviços técnicos camarários delibera, ao abrigo da alínea qq) do**



**artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 72/2013 de 03 de setembro e 146/2014, de 09 de outubro, mandar colocar um sinal de informação de estacionamento autorizado – H1a e um painel adicional modelo 10 b – Cargas e Descargas, conforme estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, num lugar da gare de estacionamento em frente ao estabelecimento comercial**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

### **39 - CORREÇÃO DOS VALORES DE ÁGUA UTILIZADA NO COMBATE AOS INCÊNDIOS**

**Relativamente a este ponto foi colocada a seguinte questão:**

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou se as pessoas já estão cadastradas, uma vez que o mapa que acompanha a proposta só identifica as zonas, e qual o custo deste benefício.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** respondeu que apenas estão identificadas as áreas, e só com as leituras, que ainda não estão feitas, é que se irá apurar.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu que lhe seja fornecida essa informação logo que o valor esteja apurado.

1053 - Considerando que os consumidores afetados com o fogo que deflagrou nos dias 15 e 16 de outubro de 2017, no concelho da Marinha Grande, utilizaram água da rede de abastecimento público para o combaterem e protegerem os seus bens.

Considerando que de acordo com o disposto no artigo 66.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na redação atual, a faturação dos serviços de abastecimento de água é efetuada com base na medição dos respetivos níveis de utilização, constantes nos respetivos instrumentos de medição (contadores).

Considerando que, uma vez que é efetuada a correlação entre o consumo de água, a produção de águas residuais e de resíduos urbanos para quantificar o nível de utilização dos serviços, os consumidores serão ainda penalizados no valor faturado relativo às tarifas variáveis de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.

Assim, no uso das competências previstas na alínea e) n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, **a Câmara Municipal delibera, a título excecional, aplicar uma correção à fatura de consumo de água, águas residuais e resíduos sólidos urbanos, a todos os consumidores que utilizaram água da rede de abastecimento público para combate aos incêndios que deflagraram nos dias 15 e 16 de outubro**, por aplicação do último consumo médio apurado entre duas leituras consideradas válidas ou, nessa impossibilidade, pelo consumo registado na fatura do mesmo período em 2016.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

### **40 - AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES**

1054 - Presente o requerimento:

- Registo de entrada E/9305/2017 datado de 09-10-2017 em que Maria da Fátima Marques Nunes Nascimento, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 2167 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no nº 2 do citado artigo.

Presente a informação nº 8/LS, de 30 de outubro de 2017, onde se confirma que o pedido está instruído e acompanhado dos elementos previstos no nº 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

**Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Maria da Fátima Marques Nunes Nascimento, o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 2167 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **41 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

1055 - A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização da 5ª Noite de Fados a realizar no dia 18 de novembro de 2017.

O CAMG - Clube Automóvel da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização do IV Rally Vidreiro Histórico a realizar no dia 18 de novembro de 2017.
- Autorização para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;
- Licença de publicidade.

A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande - Capela de Albergaria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização do S. Martinho a realizar no dia 18 de novembro de 2017;
- Licença de publicidade.

A Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de janeiro, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, para a realização do BTT da Ordem 2017 a realizar no dia 10 de dezembro de 2017.

Presentes as informações nº 75/LS, 76/LS, 77/LS e 78/LS de 30 de outubro de 2017, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e nº 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande, o CAMG - Clube Automóvel da Marinha Grande, a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande - Capela de Albergaria e a Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de janeiro do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das autorizações para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas e das licenças de publicidade.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**42 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR ALEGADOS DANOS MATERIAIS - REQUERENTE: FREDERICO PAULO COUCEIRO DE SOUSA PEDRO - APRECIACÃO - PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA**

1056 - Presente Informação jurídica nº 2902/2017, de 17.10.2017, a qual conclui que não se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (Doc. nº 4);

Presente Informação da Divisão de Administração e Modernização nº 622/2017 (Doc. nº 3);

Presente Informação da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, de 28.12.2016 (Doc. nº 2);

Presente requerimento nº E/8806/2016, apresentado pelo requerente Frederico Paulo Couceiro de Sousa Pedro, contribuinte nº 240 422 449, no qual requer indemnização, sem indicação de valor, correspondente a alegados danos ocorridos em 06.10.2016 no interior da edificação sita no nº 3 do Beco das Cidades Geminadas – Embra, na sequência da reposição do abastecimento público de água (Doc. nº 1).

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação nº 2902/2017, de 17.10.2017, que fica anexa à presente ata (Anexo 3) e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar o requerente Frederico Paulo Couceiro de Sousa Pedro, do presente projeto de decisão final de indeferimento do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação para, querendo, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**43 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR ALEGADOS DANOS MATERIAIS - REQUERENTE: ISABEL MARIA COELHO MARQUES – APRECIAÇÃO - PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA**

1057 - Presente Informação jurídica n.º 2862/2017, de 10.10.2017, a qual conclui que não se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (Doc. n.º 6);

Presentes Informações da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos (Doc. n.º 4);

Presentes 14 imagens emitidas pela Fiscalização Municipal, datadas de 06.04.2016, do local do acidente de viação ocorrido em 12.01.2016 (Doc. n.º 3);

Presente Participação do Acidente de Viação, elaborada pela P.S.P. – Esquadra da Marinha Grande, de 17.01.2016 e ofício desta Câmara Municipal n.º 1136/2016 através do qual é solicitado à referida autoridade policial o envio da referida Participação policial (Docs. n.º 2);

Presente requerimento n.º E/722/2016, apresentado pela requerente Isabel Maria Coelho Marques, no qual requer indemnização no valor de 196,01€, correspondente ao valor orçamentado para a reparação do dano causado num pneu do veículo automóvel com a matrícula 82-AH-08, em 12 de janeiro de 2016, ao embater num passeio existente na Avenida Vítor Gallo, frente aos C.T.T., freguesia da Marinha Grande, quando circulava com o referido veículo automóvel a fim de sair do estacionamento de automóveis existente perto da Conservatória.

O montante indemnizatório foi posteriormente retificado pela requerente para o valor de 176,00 €, após apresentação nesta Câmara Municipal da fatura – recibo 2016A/429, emitida em 14.03.2016, à qual correspondeu o registo de entrada n.º 8753/2017, de 27.09.2017 (Docs. n.º 1 e 5).

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação n.º 2862/2017, de 10.10.2017, que fica anexa à presente ata (**Anexo 4**) e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar a requerente Isabel Maria Coelho Marques, do presente projeto de decisão final de indeferimento do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação para, querendo, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**44 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – BURACO NO PAVIMENTO - RUA DAS ROSAS SILVESTRES - REQUERENTE: LUIS FILIPE SANTOS SOARES – APRECIAÇÃO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA.**

1058 - Presente requerimento apresentado em 31-05-2017, de Luís Manuel Santos Soares, no qual descreve as circunstâncias em que ocorreu um incidente com o veículo que conduzia, no passado dia 15-05-2017, de matrícula 55-IO-37, marca BMW, na Rua das Rosas Silvestres, Picassinós, instruído com cópias da fatura e recibo da reparação dos danos, no valor de 298,28€, que imputa ao Município.

Presente participação da PSP-Polícia de Segurança Pública elaborada após o requerente, dois dias depois do incidente, ter efetuado a participação do mesmo na Esquadra.

Presentes informações da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos sobre os factos relatados pelo requerente.

Presente Informação jurídica n.º I/2051/2017-FO, de 13-10-2017, na qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas, e se conclui pela não verificação cumulativa de todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas coletivas públicas no domínio dos atos de gestão pública) designadamente o pressuposto do nexo de causalidade entre o eventual facto ilícito imputável ao município e o dano reclamado pelo requerente.

E se conclui ainda que para os danos alegados também concorreu o comportamento imprudente do condutor, face às condições concretas daquela via de circulação, o que daria lugar a uma repartição do dano real, em resultado do concurso de culpas, devendo atender-se ao disposto no art.º 4.º da citada Lei n.º 67/2007, relativo à culpa do lesado, pelo que se propõe o indeferimento do pedido de indemnização no valor total de 298,28€, apresentado por Luís Filipe Santos Soares.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/2051/2017 - FO, que fica anexa à presente ata (Anexo 5) e que aqui se dá para todos os legais efeitos por integralmente reproduzida, delibera notificar o requerente, Luís Filipe Santos Soares, do presente projeto de decisão final de indeferimento do pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação, para dizer por escrito, o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**45 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELO SACRIFÍCIO – EMPREITADA DE OBRA PÚBLICA - REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA/PRAIA - REQUERENTE: ILDA DOS SANTOS CRUZ – AUDIÊNCIA PRÉVIA - FALTA DE ALEGAÇÕES - INDEFERIMENTO FINAL**

1059 - Presente requerimento apresentado em 12-07-2017, de Ilda dos Santos Cruz, residente na Estrada da Praia, n.º 10, Vieira de Leiria, no qual solicitou indemnização pelo sacrifício decorrente do prejuízo «anormal, específico e insuportável» que diz ter sofrido com a execução da obra de requalificação daquela Estrada de Vieira de Leiria/Praia da Vieira.

Presente informação da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, de 10-08-2017, sobre os factos relatados pela requerente e sobre as condições específicas da realização da obra pública municipal, naquele local.

Presente Informação jurídica n.º I/2558/2017-FO, de 12-09-2017, na qual se apreciaram os factos invocados e as provas produzidas, e se concluiu que o pedido da requerente não evidencia um especial e anormal “sacrifício” sofrido, relativamente aos demais moradores e comerciantes servidos e abrangidos por aquele arruamento nem comprova ter sido sobrecarregada de forma desigual relativamente a todos os demais comerciantes e moradores e que não resulta, em suma, demonstrado e comprovado que a execução desta obra, seja causa direta, adequada e necessária do dano que a requerente afirma ter sofrido, nem que esse dano seja especial e anormal, tanto em extensão como em gravidade, sendo o pedido passível de indeferimento, por não se encontrarem verificados todos os pressupostos da indemnização pelo sacrifício previstos no art.º 16.º, conjugado com o art.º 2.º do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas.

Presente deliberação desta Câmara Municipal de 22-09-2017, pela qual foi determinada a realização de audiência prévia da requerente, bem como a respetiva notificação efetuada por ofício n.º S/3963/2017, de 27-09-2017.

Expirado em 16-10-2017, o prazo de audiência prévia concedido, não foram recebidas quaisquer alegações.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/2558/2017 - FO, que fica anexa à presente ata (Anexo 6) e que aqui se dá para todos os legais efeitos por integralmente reproduzida, delibera indeferir o pedido indemnizatório apresentado pela requerente, Ilda dos Santos Cruz, em virtude de não se mostrarem verificados todos os pressupostos cumulativos da responsabilidade pelo sacrifício previstos no art.º 16.º, conjugado com o art.º 2.º, ambos do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**46 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: JOSÉ MANUEL ROSA CONFRARIA - DEFERIMENTO.**

**Antes da votação foi colocada a seguinte questão:**

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou se o problema do excesso de manganês está sanado.

A **Sr.ª Presidente** informou que das análises efetuadas não se verifica, mas vai pedir mais esclarecimentos aos serviços.

1060 - Presente Informação Jurídica n.º 2925/2017, de 20.10.2017, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (Doc. n.º 6);

Presentes análises efetuadas no ano de 2012, por conta do Município da Marinha Grande, à água de consumo humano abastecida pelo furo de captação SL4 (Doc. n.º 5);

Presente reclamação apresentada em junho de 2012 por munícipe residente na Amieirinha, respeitante a água com tom acastanhado e com resíduos (Doc. n.º 4);

Presente Auto da Inquirição efetuada pela DJC em 08.11.2016 a Técnica Superior da Área das Infraestruturas da DISU (Doc. n.º 3);

Presente Informação da DISU, de julho de 2016, respeitante à presença e efeitos do manganês na água captada pelo furo SL4 (Doc. n.º 2);

Presente requerimento n.º E/5189/2014 subscrito pelo requerente/lesado José Manuel Rosa Confraria, contribuinte n.º 121 527 441, no qual requer uma indemnização, no valor total de 117,18 €, pelos danos causados na sua máquina purificadora de água decorrente da abundância de resíduos sólidos, com pequena gramagem e de cor preta, existente na água que utiliza na sua residência, sita no n.º 20 da Rua dos Loureiros, lugar da Pedrulheira, freguesia da Marinha Grande (Doc. n.º 1).

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação jurídica n.º 2925/2017, de 20.10.2017, que se dá por reproduzida, delibera indemnizar o requerente José Manuel Rosa Confraria, portador do NIF 121 527 441, com residência na Rua dos Loureiros, n.º 20, lugar da Pedrulheira, freguesia da Marinha Grande, no montante de 117,18 € (cento e dezassete euros e dezoito cêntimos), com IVA incluído, na medida em que se encontram reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o artigo 7.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.**

O referido pagamento fica condicionado ao envio/entrega, nesta Câmara Municipal, do original da fatura-recibo n.º 229, emitida em 04.06.2014 por Fernando José Santos Maurício, em nome do requerente José Manuel Rosa Confraria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**47 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: DAVID ALEXANDRE RODRIGUES SUSANO - DEFERIMENTO.**

1061 - Presente Informação Jurídica n.º 2896/2017, de 13.10.2017, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (Doc. n.º 3);

Presente Informação da DISU, na qual é confirmado que o trabalhador Joaquim Natalino, no exercício das suas funções, pelas 07h55m do dia 24.07.2017, na Rua Fernando Pedro, lugar de Picassin, freguesia da Marinha Grande, partiu um vidro de uma viatura particular que se encontrava estacionada junto a um canteiro (Doc. n.º 2);

Presente requerimento n.º E/7352/2017, enviado, via e-mail, pelo requerente David Alexandre Rodrigues Susano, no qual requer uma indemnização pelos danos causados na sua viatura, por um funcionário da Câmara Municipal, quando este se encontrava a *“aparar a relva junto ao local onde a minha viatura estava estacionada e, durante a sua actividade, projectou uma pedra na direcção do meu veículo, quebrando o vidro da frente do lado do condutor.”*, bem como o pagamento das despesas em deslocações incluídas.

Encontram-se, em anexo ao requerimento, cópia do Auto de Notícia da P.S.P. da Esquadra da Marinha Grande, de 24.07.2017; cópia de fatura emitida em 03.08.2017 pela Sociedade Autoglass – Vidros para Viaturas, Lda, no valor total de 203,11€ e cópia de fatura-recibo, no valor total de 30,00 € respeitante a combustível. (Doc. n.º 1).

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação jurídica n.º 2896/2017, de 13.10.2017, que se dá por reproduzida, delibera indemnizar o requerente David Alexandre Rodrigues Susano, portador do NIF 262 990 091, com residência na Rua Senhor Jesus do Hospital, n.º 3 – 2460-891 Turquel, no montante de 203,11 € (duzentos e três euros e onze cêntimos), com IVA incluído, na medida em que se encontram reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o artigo 7.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.**

**O referido pagamento fica condicionado ao envio/entrega, nesta Câmara Municipal, do original da fatura e do recibo ou do original da fatura-recibo, emitida pela Sociedade Autoglass – Vidros Para Viaturas, Lda, em nome do requerente David Alexandre Rodrigues Susano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**48 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – REQUERENTE: LUIS MANUEL SILVA MARINHEIRO – QUEBRA DE VIDRO POR PROJEÇÃO DE PEDRA POR MOTO-ROÇADORA DE ERVAS – RESPONSABILIDADE CIVIL – DEFERIMENTO.**

1062 - Presente requerimento recebido em 29-09-2017, do lesado, Luís Manuel Silva Marinheiro, titular do NIF 127218653, residente na Rua Natália Correia, n.º 41, 1º Esqº., Gaeiras, Marinha Grande, no qual descreve os danos que sofreu na sua viatura automóvel no passado dia 21 de junho de 2017, quando tinha a mesma estacionada no estacionamento dos estaleiros da Câmara Municipal, causados pela projeção de uma pedra pela moto-roçadora que estava a ser utilizada no corte de ervas junto à vala que atravessa os Estaleiros Municipais.

Presente informação da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datada de 03-07-2017, confirmativa dos factos descritos pelo lesado.

Presente Informação n.º I/2907/2017-FO, na qual se apreciam os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se conclui pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas coletivas públicas no domínio dos atos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar o lesado, Luís Manuel Silva Marinheiro, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/2907/2017 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que fica anexa à ata (Anexo 7), delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 67,28€ (sessenta e sete euros e vinte e oito cêntimos), com IVA incluído, apresentado por Luís Manuel Silva Marinheiro, titular do NIF 127218653, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da**



**responsabilidade civil extracontratual do Estado e Demais Pessoas Coletivas de Direito Público dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**49 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – DESNÍVEL NA BERMA - RUA DO PINHAL, VIEIRA DE LEIRIA - REQUERENTE: SÓNIA RITA DA COSTA SILVA – AUDIÊNCIA PRÉVIA SEM ALEGAÇÕES - INDEFERIMENTO FINAL**

1063 - Presente requerimento apresentado em 24-04-2017, de Sónia Rita da Costa Silva, no qual requer a ajuda do Município na reparação de um pneu danificado na Rua do Pinhal, em Vieira de Leiria, no dia 22-04-2017, pela 01H00 da madrugada, instruído com vários documentos apresentados pela requerente.

Presente informação da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos sobre os factos relatados pela requerente.

Presente Informação jurídica n.º I/1653/2017-FO, de 19-07-2017, na qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas, e se conclui pela não verificação cumulativa de todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas coletivas públicas no domínio dos atos de gestão pública) designadamente o pressuposto do nexo de causalidade entre um eventual facto ilícito imputável ao município e o dano eventualmente sofrido pela empresa proprietária do veículo.

Em reunião realizada no dia 17-08-2017, a Câmara Municipal deliberou determinar a realização de audiência prévia da requerente, tendo esta sido notificada do teor do projeto de decisão de indeferimento e dos respetivos fundamentos de facto e de direito, por ofício n.º S/2410/2017, de 28-08-2017, que foi recebido em 30-08-2017.

Expirado em 13-09-2017, o prazo de audiência prévia concedido à requerente, verificou-se que a mesma não apresentou alegações.

**Nestes termos, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes daquela informação n.º I/1653/2017-FO, a qual se dá aqui e para os devidos efeitos, como integralmente reproduzida, delibera indeferir o pedido de indemnização apresentado por Sónia Rita da Costa Silva, em virtude de não se mostrarem verificados e provados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual, designadamente o pressuposto do nexo de causalidade entre um eventual facto ilícito imputável ao Município e o dano reclamado, previsto no artigo 9.º n.º 1, da Lei n.º 67/2007, de 17 de Julho.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**50 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – BURACO NO PAVIMENTO - RUA DO REGO, GARCIA - REQUERENTES: SALOMÉ BARROS SANTOS ROSADO E NUNO MANUEL SANTOS ROSADO (M.P.R., LDª.) – AUDIÊNCIA PRÉVIA SEM ALEGAÇÕES - INDEFERIMENTO FINAL**

1064 - Presentes requerimentos apresentados em 21-04-2017 e 06-06-2017, respetivamente, de Salomé Barros Santos Rosado e Nuno Manuel Santos Rosado, sócio-gerente da sociedade M.P.R.- Prestação de Serviço e Fabrico de Moldes, Lda., nos quais requereram o reembolso do valor dos danos causados com a reparação de um pneu da viatura com matrícula 42-SH-39, que rebentou ao passar sobre um buraco existente na Rua do Rego, Garcia, no sentido Casal Galego/Garcia.

Presente Auto de Ocorrência n.º 50/17, da GNR-Guarda Nacional Republicana, que se deslocou ao local.

Presente informação da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos sobre os factos relatados pelos requerentes, acompanhada de hortofotomapa, legendado, do local do incidente.

Presente Informação jurídica n.º I/2045/2017-FO, de 18-07-2017, na qual se apreciaram os factos invocados e as provas produzidas, e se concluiu pela não verificação cumulativa de todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas coletivas públicas no domínio dos atos de gestão pública) designadamente o pressuposto do nexo de causalidade entre um eventual facto ilícito imputável ao município e o dano eventualmente sofrido pela empresa proprietária do veículo.

E se concluiu também que ainda que o pedido se encontrasse devidamente formulado e fundamentado, nunca o mesmo seria suscetível de justificar uma indemnização do total do valor da reparação, porque para os danos alegados também terá concorrido o comportamento imprudente da condutora, o que daria lugar a uma repartição do dano real, em resultado do concurso de culpas, devendo atender-se ao disposto no art.º 4.º da citada Lei n.º 67/2007, relativo à culpa do lesado, pelo que se propôs o indeferimento do pedido de indemnização no valor total de 260,00€, apresentado por Salomé Barros Santos Rosado e pela empresa M.P.R., Lda..

Em reunião realizada no dia 17-08-2017, a Câmara Municipal deliberou determinar a realização de audiência prévia da entidade proprietária do veículo, tendo esta sido notificada do teor do projeto de decisão de indeferimento e dos respetivos fundamentos de facto e de direito, por ofício n.º S/3411/2017, de 28-08-2017, que foi recebido em 30-08-2017.

Expirado em 13-09-2017, o prazo de audiência prévia concedido à requerente, verificou-se que não foram apresentadas quaisquer alegações.

**Nestes termos, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes daquela informação n.º I/3411/2017-FO, a qual se dá aqui e para os devidos efeitos, como integralmente reproduzida, delibera indeferir o pedido de indemnização apresentado por Salomé Barros Santos Rosado e ratificado pela sociedade proprietária do veículo, M.P.R., Lda., em virtude de não se mostrarem verificados e provados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual, designadamente o pressuposto do nexo de causalidade entre um eventual facto ilícito imputável ao Município e o dano reclamado, previsto no artigo 9.º n.º 1, da Lei n.º 67/2007, de 17 de Julho.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**51 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, EM UNIPessoal SA. DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO. MANDATO DISCRIMINADO.**

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** não esteve presente por ter comunicado o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Vereador proposto para presidente do Conselho de Administração da TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, EM UNIPESSOAL SA..

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

Sobre este assunto a **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** questionou sobre a minuta de deliberação dado que o processo não era instruído com qualquer proposta. Perguntou se as pessoas indicadas correspondem a uma proposta da Sr.ª Presidente. Dado que foi confirmado. Solicitou que a minuta de deliberação contivesse essa menção, ou seja, o órgão “delibera sob proposta da senhora presidente”. A própria anuiu e acrescentou ao documento. Face ao exposto, entendeu abster-se com a seguinte declaração: *“considero que a presente proposta é da inteira responsabilidade dos vereadores em regime de permanência”*.

1065 - No quadro do regime jurídico da atividade empresarial local, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, os órgãos estatutários da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal SA, são a assembleia geral, o conselho de administração e o fiscal único.

Tendo em conta que de acordo com o artigo 9.º dos Estatutos da empresa, cabe à Câmara Municipal designar o representante do Município na assembleia geral, conferindo-lhe simultaneamente mandato discriminado quanto ao conteúdo das deliberações a adotar e ao respetivo sentido de voto.

O mandato dos atuais titulares dos órgãos sociais terminou com a instalação dos órgãos municipais, ocorrida em 24 de outubro de 2017, sem prejuízo da respetiva continuidade em funções até à sua efetiva substituição ou reeleição (artigo 8.º, n.ºs 2 e 3, dos Estatutos da empresa).

Nestes termos, a Câmara Municipal deve designar, por proposta da Presidente, representante municipal na assembleia geral e emitir mandato discriminado quanto ao teor das decisões a tomar.

**Assim, a Câmara Municipal delibera, ao abrigo do artigo 26.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, e do artigo 9.º, n.º 1, dos Estatutos da empresa, designar representante do Município da Marinha Grande, na assembleia geral da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal SA, a Vereadora Célia Guerra.**

**A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, dos Estatutos da empresa, emitir o seguinte mandato a executar pela representante designada:**

- 1) A Mesa da Assembleia Geral da empresa deve ser constituída por Gabriel Paulo Ramos de Sousa Roldão, que preside, e por Aida Maria Figueiredo Rodrigues, que secretaria;**
- 2) O Conselho de Administração deve ser constituído por Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, na qualidade de presidente, e por Maria de Fátima Malesso Cardoso, na qualidade de administradora;**

- 3) A designação do Vereador Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, na qualidade de administrador não remunerado, não está sujeita às regras previstas no Estatuto do Gestor Público, de acordo com o artigo 30.º, n.º 5, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual;
- 4) A designação como administradora de Maria de Fátima Malesso Cardoso está sujeita ao Estatuto do Gestor Público, fundamentando-se no Curriculum Vitae, que se dá por integralmente reproduzido, pelo qual se atesta a idoneidade, a capacidade e experiência de gestão e o sentido de interesse público, assim como no exercício efetivo das funções para que é designada demonstrativo do preenchimento dos requisitos indicados no artigo 12.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual;
- 5) Fixar ao Conselho de Administração eleito o prazo de 30 dias para apresentação de uma proposta, estruturada e fundamentada, de orientações estratégicas a assumir pela empresa no presente mandato, nos termos do artigo 37.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual;
- 6) Fixar aos membros do Conselho de Administração eleitos o prazo de 60 dias para apresentação de uma proposta, estruturada e fundamentada, de contrato de gestão, a celebrar nos termos do artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, tendo sido aprovada em minuta.

**52 - “REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE ESCOURA” CONCURSO PÚBLICO Nº8/2010 - RECEÇÃO DEFINITIVA**

1066 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra em epígrafe, adjudicada à Firma “Submerci, Construções e Urbanizações, Lda” com sede em Rua Principal nº83, Bufarda, Autoguia da Baleia.

A Câmara verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes anunciada, de acordo e para os efeitos do previsto no art.º 398º do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**53 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA NOVA DO MOINHO DE CIMA E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO DOS ARRUAMENTOS ADJACENTES – CEDÊNCIA 262,00M² DE TERRENO INTEGRADO NA HERANÇA DE MARIA ASCENSÃO FERREIRA CUSTÓDIO DE MORAIS VARELA**

1067 - Para a requalificação da rua Nova do Moinho de Cima e infraestruturas de saneamento dos arruamentos adjacentes, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio rústico, integrado na herança de Maria Ascensão Ferreira Custódio de Moraes Varela, representada por José Carlos Custódio de Moraes Varela, na qualidade de Cabeça de Casal, NIF 134 228 758, que confronta a Norte com Estrada, a Sul com José dos Santos e Outros, a Nascente com Caminho Público e a Poente com Caminho, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 1098 e descrito na Conservatório do Registo Predial com o n.º 8534. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno de 262,00m², e autoriza o corte e remoção dos 7 sobreiros adultos e 3 sobreiros jovens inclusos na parcela cedida.

**A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 262,00m², do prédio rústico integrado na herança de Maria Ascensão Ferreira Custódio de Moraes Varela, representada por José Carlos Custódio de Moraes Varela, na qualidade de Cabeça de Casal, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 1098 e descrito na Conservatório do Registo Predial com o n.º 8534, que confronta a Norte com Estrada, a Sul com Cabeça de Casal da herança de Maria Ascensão Ferreira Custódio de Moraes Varela, a Nascente com Caminho Público e a Poente com Caminho, para a execução da rua Nova do Moinho de Cima e infraestruturas de saneamento dos arruamentos adjacentes, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se ao corte e remoção dos 7 sobreiros adultos e 3 sobreiros jovens inclusos na parcela cedida, conforme consta da ficha anexa (Anexo 8) elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**54 - “REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA SANTA ISABEL, RUA DO SALGUEIRO E RUA D. JOÃO PEREIRA VENÂNCIO – CONCURSO PÚBLICO N.º 11/2017” - APROVAÇÃO PLANO DE TRABALHOS.**

1068 - Presente para análise Plano de Trabalhos Ajustado da obra de “REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA SANTA ISABEL, RUA DO SALGUEIRO E RUA D. JOÃO PEREIRA VENÂNCIO”, apresentado pela firma adjudicatária “Pinto & Bráz, L.da”.

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª LS.30.2017, que fica anexa (Anexo 9) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, aprovar o plano de trabalhos ajustado da empreitada de “REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA SANTA ISABEL, RUA DO SALGUEIRO E RUA D. JOÃO PEREIRA VENÂNCIO”, adjudicada à firma “Pinto & Bráz, L.da”, nos termos do disposto no Artigo 361º do Código dos Contratos Públicos (CCP).**

**A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **55 - 16.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2017**

1069 - Presente proposta da 16ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2017, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

**13ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2017**, no valor de 23.565,87 euros nos reforços e de 23.565,87 euros nas anulações;

**12.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2017** no valor de 1.902,74 euros nos reforços e de 1.902,74 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, **a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, delibera aprovar a 16ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2017, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **56 - AQUISIÇÃO DE TERRENO NOS TALHÕES EM VIEIRA DE LEIRIA PROPRIEDADE DA CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE JÚLIA ANGÉLICA ASCENSO-INFORMAÇÃO**

1070 - Presente informação do Serviço de Património I/2463/2017 de 27/09/2017, respeitante ao processo de aquisição de terreno nos Talhões em Vieira de Leiria propriedade de Júlia Angélica Ascenso - Cabeça de casal da herança de, NIF 744318190, na sequência de deliberação camarária de 07/09/2017.

Considerando que, na data da deliberação camarária, se encontrava disponível na ação nº 2015/I/98, o valor de 4.316,90€, conforme conta corrente do plano que se anexa, mas que por lapso dos serviços o processo não foi instruído com cabimento prévio, situação apenas detetada após o agendamento da data da celebração da escritura pública de Compra e Venda do imóvel, tendo sido de imediato emitido o respetivo cabimento e compromisso, no montante de 3.755,50€.

**A Câmara Municipal toma conhecimento da informação e da retificação efetuada pelos serviços e delibera, ao abrigo dos art.ºs 165 n.º 2, 168.º n.º1, 170.º n.º1 e 171º n.º 1, todos do Código do procedimento Administrativo anular o ato administrativo subjacente à deliberação camarária tomada em 07/09/2017 e considerando os documentos que então instruíram o processo e a proposta de cabimento n.º 2105/2017 datada de 27/09/2017 mais delibera, e ainda de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea g), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, adquirir o prédio inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Vieira de Leiria, sob o artigo 5649 a favor de Júlia Angélica Ascenso - Cabeça de casal da herança de, NIF 744318190, não descrito na Conservatória do Registo Predial, pelo valor total de 3.755,50€, com efeitos reportados à data do cabimento.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**57 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2017 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.**

A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Ana Alves Monteiro** levantou o problema de se estar a votar uma informação datada de 2 de maio que contém a aprovação de bilhetes referentes a espetáculos que já decorreram. Foi referido que há um lapso na informação porque a proposta de deliberação não corresponde a este conteúdo da informação. A Sr.<sup>a</sup> Presidente referiu que se trata apenas de aprovar os bilhetes para Novembro e Dezembro.

1071 - Assumindo o protagonismo que detém na memória e identidade marinhenses, pretende-se que a Casa da Cultura - Teatro Stephens venha a determinar os espíritos criativos locais, a promover e a incentivar a partilha de saberes e experiências, e a potenciar os horizontes de todos os que se revêem numa programação regular, eclética e enriquecedora. Acima de tudo trabalhar para que este equipamento seja um pólo de desenvolvimento cultural e um garante na formação de públicos, fundamentais na sua sustentabilidade futura. Nesse sentido propomos que a programação apresentada sendo balizada por princípios de rigor orçamental, permita dar a conhecer ao público marinhense projetos que se destaquem na cena cultural local, regional e/ou nacional.

Por forma a possibilitar a venda de bilhetes de ingresso, e atendendo que os espetáculos referidos no quadro seguinte já se encontram adjudicados ou em fase de adjudicação, fazendo parte da proposta de programação para o último quadrimestre de 2017 - I/4I/2017 de 10.01.17, que obteve despacho favorável da Sr.<sup>a</sup> Vereadora da Cultura, Dr.<sup>a</sup> Cidália Ferreira datado de 9 de maio de 2017;

Que o Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente o seu artigo 6.º, refere que este é um equipamento cultural sob gestão da Câmara Municipal, e o n.º 9 artigo 26.º define que o preço dos bilhetes, a fixar por deliberação da Câmara Municipal, está limitado a um preço mínimo de 1 euros e a um preço máximo de 30€;

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados;

Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”;

Propõe-se a fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos de novembro e dezembro de 2017 na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

NOVEMBRO	ÁREA ARTÍSTICA	ARTISTA / PROJETO	CACHET + IVA	PROPOSTA PREÇO BILHETE
17 – 21h30	FESTIVAL JAZZ	TRIO JOÃO BARRADAS	1.200,00	8€
18 -21h30	FESTIVAL JAZZ	TRIO MÁRIO LAGINHA	4.305,00	10€
24 – 21h30	FESTIVAL JAZZ	ANDRÉ FERNANDES “CENTAURI”	1.750,00	8€
25 – 21h30	FESTIVAL JAZZ	QUINTETO DEMIAN CABAUD	2.400,00	8€

DEZEMBRO				
16 – 16h00	TEATRO infantil	CAPITÃO MIAU MIAU	1.250,00	*2€

\*Espetáculo para assinalar o Aniversário do Museu do Vidro – propõe-se por isso um preço simbólico de 2€.

**A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de novembro e dezembro de 2017 que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**58 - ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NO MUSEU DO VIDRO – ASURPI - ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DA MARINHA GRANDE**

1072 - Presente pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro remetido pela ASURPI – Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos da Marinha Grande, datado de 19 de outubro de 2017. A visita será realizada no âmbito de um convívio de universidades séniores, e encontrava-se agendada para o dia 04 de novembro de 2017.

Considerando que:

- A alínea b), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentas do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela "(...) as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários.";

- A alínea e) do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que "*nos museus municipais ficam isentos de pagamento das taxas de ingresso as visitas organizadas (...) por entidades legalmente constituídas por reformados, pensionistas e idosos.*";

- Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária;

- Em anexo se encontra cópia do cartão de identificação de pessoa coletiva, onde se pode comprovar a natureza jurídica da entidade enquanto associação;

- Em anexo se encontra cópia da constituição da associação e respetivos estatutos, publicada na III Série do Diário da República de 23 de maio de 1979, na qual se pode ler no n.º 1 do artigo 2.º que a mesma tem por objeto "*Defender os interesses dos reformados, pensionistas e idosos, promovendo todas as diligências para esse fim*", e ainda que para a prossecução desse fim a associação deve promover "*reuniões de convívio, viagens de estudo e recreio*", conforme estipulado no n.º 1 do artigo 3.º dos estatutos;



- Que com estes documentos está comprovada a natureza jurídica e a finalidade da entidade ASURPI – Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos da Marinha Grande.

- A entidade tem sede no concelho.

- Considerando ainda que a Sra. Presidente, ao abrigo do artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande, autorizou o pedido nos termos propostos, uma vez que:

- Não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal por impossibilidade temporal e logística;
- A isenção estava prevista nas alíneas b) do n.º 3 e e) do n.º 4, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;
- O requerente formalizou o pedido com documento que comprova a sua natureza jurídica e finalidade, tal como definido na alínea a), do n.º 5, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;

**A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ratificar o despacho n.º 506/2017 da Sra. Presidente que isenta a ASURPI – Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos da Marinha Grande, do pagamento de taxas de ingresso no Museu do Vidro no dia 04 de novembro de 2017, para um total de cerca de cem pessoas, conforme previsto no citado artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **59 - CEDÊNCIA DA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS AO GINÁSIO FISCOLOUCURA PRÁTICA DESPORTIVA LDA A 17 DE DEZEMBRO DE 2017.**

1073 - Presente pedido do Ginásio Fisicoloucura Prática Desportiva Lda., com o n.º de registo E/7415 de 9 de agosto, em que é solicitada à Câmara Municipal a cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens para realização do Espetáculo de Natal Hip-Hop Dance, no dia 16 ou 17 de dezembro de 2017.

Presente igualmente a Informação Técnica com referência I/2635/2017 na qual é feito o enquadramento do pedido face à legislação aplicável (cfr. anexo) e à programação prevista, bem como o parecer da Chefe da DCD de 21.09.17 e despacho da Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira datado de 26.09.17.

Considerando que de acordo com n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens a programação de atividades desta sala de espetáculos pode incluir eventos propostos e organizados por entidades exteriores desde que aprovados pela autarquia.

Considerando que a referida aprovação depende da verificação dos pressupostos referidos no n.º 4 do artigo 7.º ou seja “A realização dos eventos propostos por entidades exteriores está dependente das características e objetivos das ações propostas, do seu interesse cultural, cívico ou outro, da capacidade de resposta dos meios técnicos instalados e da adaptabilidade do espaço”. No caso em apreço consideramos que o interesse cultural está acautelado na medida em que através da atividade proposta, são prosseguidos fins culturais

e pedagógicos com os quais a autarquia certamente se identifica. Com este espetáculo pretende-se dar a conhecer a atividade prosseguida pelo Ginásio no concelho da Marinha Grande, na área do ensino do hip hop, com a participação das cerca de 60 crianças e jovens com idades compreendidas entre os 3 e os 16 anos.

Considerando que a cedência da utilização da Casa da Cultura está prevista no Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente nos artigos 5.º, 7.º, 8.º, 12.º a 14.º não havendo motivos que justifiquem o seu indeferimento.

Considerando que ao abrigo do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande só estão isentas do pagamento de taxas “As associações de bombeiros, as fundações e as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande”, o que não acontece no caso em apreço.

**A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta e delibera ceder a utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens no dia 17 de dezembro para espetáculo às 16h00, nas seguintes condições:**

- O Ginásio Fisicoloucura Prática Desportiva Lda. fica responsável pelo pagamento de taxa devida pela utilização da Casa da Cultura no valor de 9,58€ conforme previsto no artigo 33º n.º 1;
- O Ginásio Fisicoloucura Prática Desportiva Lda. fica responsável pelo pagamento dos técnicos de som e luminotecnia;
- O Ginásio Fisicoloucura Prática Desportiva Lda. fica responsável pelo eventual pagamento de direitos de autor devidos à respetiva Sociedade Portuguesa de Autores e pela licença de representação a emitir pelo IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais;
- O Ginásio Fisicoloucura Prática Desportiva Lda. deve garantir o cumprimento das obrigações de utilizador previstas no artigo 17.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **60 - COMPARTICIPAÇÃO E VALIDAÇÃO DE DESPESAS NO ÂMBITO DA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS**

**Antes da votação deste ponto foi referido o seguinte:**

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** referiu que há trabalho a fazer nesta matéria, até porque alguns dos diplomas que suportam o regulamento já foram revogados.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** lembrou que foi uma promessa eleitoral de todos os candidatos alterar o regulamento.

A **Sr.ª Presidente** colocou à consideração de todos as duas situações: ou se vai já despoletar o procedimento e pô-lo à discussão pública, ou, caso os Srs. Vereadores pretendam dar já os seus contributos, aguardar-se-á pelos mesmos antes de colocar o documento à discussão pública.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** referiu que:

1. Com o atual Regulamento irão continuar a abster-se;
2. A proposta de início do procedimento pode vir já à reunião, de acordo com o CPA, e depois os Vereadores introduzirão os seus contributos, com uma base de trabalho de três instrumentos distintos, que corresponderão às três vertentes: desporto, ação social e cultura.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** entende que em primeiro lugar a Sr.ª Presidente deverá dar a orientação política com a sua proposta, e depois dá-la a conhecer aos serviços como base de trabalho.

**Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

1074 - Considerando o ofício com o registo S/2480/2017 de 11 de julho em anexo, no qual foi solicitado à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) que esclarecesse a Câmara Municipal da Marinha Grande sobre a possibilidade de compartilhar despesas de entidades beneficiárias de apoio financeiro, realizadas em data anterior à deliberação do apoio financeiro.

Considerando a resposta da CCDRC com o registo de entrada E/7305/2017 de 8 de agosto em anexo, na qual refere, entre outros, que:

*No que respeita à questão concreta que formularam, destinando-se os apoios concedidos a atividades ou à realização de obras de infraestruturas, importante será a Câmara Municipal verificar se as referidas atividades ou obras foram ou não realizadas, aquando da concessão dos referidos apoios.*

*Exemplificando, prescrevendo o artigo 9.º do Regulamento que “o programa de apoio a atividades com carácter pontual tem como finalidade o apoio financeiro ou logístico à organização de atividades esporádicas, constantes no plano anual de atividades da entidade beneficiária” significa que o apoio em causa respeita necessariamente a atividades ainda não realizadas ou, no mínimo, em curso, e nunca a atividades já finalizadas.*

*A mesma interpretação deve ser efetuada relativamente ao apoio às obras respeitantes a infraestruturas. O apoio não compreende obras já realizadas e recebidas pelo dono da obra.*

*No entanto, se subsistirem dúvidas interpretativas sobre o âmbito de aplicação destas normas regulamentares, poderá a câmara municipal clarificar a interpretação das referidas normas ou, se considerar que se tratam de omissões do próprio regulamento, deliberar sobre os mesmos, de acordo com o artigo 27.º do Regulamento.*

**A Câmara Municipal clarifica e delibera, ao abrigo do artigo 27.º do regulamento municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, e atento o parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que são objeto de comparticipação financeira, as despesas que respeitem à realização de atividades ou obras financiadas nos termos das candidaturas apresentadas, por realizar ou, no mínimo, em curso, e nunca a atividades ou obras já finalizadas.**

**Mais delibera que devem assim ser validadas as despesas efetuadas por entidades beneficiárias de apoio financeiro - mesmo as realizadas em data anterior às deliberações de atribuição de apoio financeiro - que comprovadamente tenham sido efetuadas no âmbito da respetiva candidatura apoiada, desde que decorram da**

realização das atividades ou obras objeto do respetivo contrato programa e desde que por realizar ou em curso aquando da deliberação da atribuição do apoio financeiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, com a nota de que é urgente a revisão do atual Regulamento.

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho disse que votava favoravelmente, deixando também a nota de que é urgente rever o Regulamento.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

**61 - AUDIÊNCIA PRÉVIA AO ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE - INCUMPRIMENTO DO CONTRATO PROGRAMA RELATIVO À COLOCAÇÃO DE DOIS RELVADOS SINTÉTICOS DE FUTEBOL SETE NAS INSTALAÇÕES DO ACM**

Os Srs. Vereadores questionaram as diligências efetuadas junto do ACM para que apresentassem os documentos, tendo sido sugerido pela Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho que a Câmara promova reuniões com os clubes para os tentar ajudar.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente disse que concorda integralmente com a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra e por isso propôs a retirada de todos os pontos referentes a audiências prévias aos clubes, com a condição de a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia falar com todos eles e estabelecer um tempo limite para depois o processo vir à reunião da Câmara.

Todos concordaram, pelo que o ponto 61 e os pontos 62, 63, 64 e 65 foram retirados.

**62 - AUDIÊNCIA PRÉVIA AO SPORTING CLUBE MARINHENSE - INCUMPRIMENTO DO CONTRATO PROGRAMA RELATIVO À REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REMODELAÇÃO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, DOS BALNEÁRIOS DO PAVILHÃO, PINTURA INTERIOR E EXTERIOR DAS INSTALAÇÕES DO SPORTING CLUBE MARINHENSE, REPARAÇÃO DO PAVIMENTO DO RECINTO DESPORTIVO E DA ÁREA ENVOLVENTE DO MESMO.**

Retirado.

**63 - APOIO FINANCEIRO IDV – INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRIENSE – DEVOLUÇÃO PARCIAL DE APOIO FINANCEIRO NO ÂMBITO DE CANDIDATURA PARA PROMOÇÃO DE UMA PROVA DE ATLETISMO EM VIEIRA DE LEIRIA – AUDIÊNCIA PRÉVIA**

Retirado.

**64 - APOIO FINANCEIRO AO GRUPO DESPORTIVO CASA ÁGUIA COMPETIÇÃO – DEVOLUÇÃO PARCIAL DE APOIO FINANCEIRO NO ÂMBITO DE CANDIDATURA RELATIVA AO 26º CONCURSO NACIONAL DE PESCA DESPORTIVA – AUDIÊNCIA PRÉVIA**

Retirado.

**65 - TORNEIO DE XADREZ DO SPORT OPERÁRIO MARINHENSE – MEMORIAL JOSÉ VAREDA IMPOSSIBILIDADE DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO – AUDIÊNCIA PRÉVIA**

Retirado.

**66 - CANDIDATURAS PARA APOIO OU BENEFÍCIOS A CONCEDER A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CANDIDATURAS RELATIVAS A APOIOS PARA 2018 – APAMG**

1075 - Presente informação n.º 2917/2017 da DCD, datada de 18 de outubro, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro de 2015, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

**Considerando:**

- Que foi rececionada a seguinte candidatura para apoio a projetos, atividades em outras áreas:

**Atividades Anuais**

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E/8919/2017	29/10/2017	Associação Protetora de Animais da Marinha Grande	506924211	Recolha e Tratamento de Animais Abandonados	Anual

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação da candidatura apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.
- Que a candidatura obteve uma pontuação de 33,2 pontos, sendo assim objeto da proposta de admissão em anexo;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos

compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

- O relatório proposta da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, as respetivas grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.

**A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:**

#### **Atividades Anuais**

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS	PROPOSTA
E/8919/2017	Associação Protetora de Animais da Marinha Grande	506924211	Recolha e Tratamento de Animais Abandonados	33,2	Admitir

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**67 - CANDIDATURAS PARA APOIO OU BENEFÍCIOS A CONCEDER A ENTIDADES DESPORTIVAS. ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CANDIDATURAS RELATIVAS A 2018 – CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE.**

1076 - Presente informação n.º 2916/2017 da DCD, datada de 18 de outubro, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro de 2015, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

**Considerando:**

- Que foi rececionada a seguinte candidatura para apoio a projetos de carácter desportivo:

**Atividades Anuais**

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E/8207/2017	29/09/2017	Clube Recreativo Amieirinhense	501163980	8º Grande Prémio de Atletismo	Pontual

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação da candidatura apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.
- O relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica

orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

**A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:**

**Atividades Pontuais:**

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS	PROPOSTA
E/8207/2017	Clube Recreativo Amieirinhense	501163980	8º Grande Prémio de Atletismo	35,6	Admitir

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**



**68 – CANDIDATURAS PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS: ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES E ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO**

1077 - Presente informação n.º 2901/2017 da DCD, datada de 17 de outubro, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro de 2015, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas apresentadas, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do regulamento, as candidaturas devem ser entregues até ao dia 30 de setembro do ano anterior ao da execução do programa proposto;

Considerando que durante o prazo estipulado foram rececionadas diversas candidaturas na área social;

Considerando que das diversas candidaturas apresentadas, duas delas se encontram devidamente instruídas com os elementos requeridos nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do regulamento, designadamente, a da Associação Portuguesa de Deficientes, com o registo de entrada E/8751/2017, datada de 25 de setembro e a da Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, com o registo de entrada E/8778/2017, datado de 28 de setembro;

Considerando que as referidas candidaturas, ambas na modalidade de apoio anual, foram avaliadas e classificadas, nos termos do disposto nos artigos 13.º e 14.º do regulamento, tendo-se obtido os seguintes resultados:

**ATIVIDADES ANUAIS:**

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8751/2017	A.P.D – Associação Portuguesa de Deficientes	501129430	Plano de Atividades 2018	31,6	ADMITIR
E/8778/2017	Assoc. Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501540563	Funcionamento do SAD, Centro de Dia e Centro de Convívio	31,0	ADMITIR

Considerando que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;

Considerando que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do referido regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal em função da classificação final obtida em sede de avaliação;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam seleccionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que o relatório da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a respetiva grelha de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.

**A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas seleccionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:**

#### **Atividades Anuais**

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8751/2017	A.P.D – Associação Portuguesa de Deficientes	501129430	Plano de Atividades 2018	31,6	ADMITIR
E/8778/2017	Assoc. Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501540563	Funcionamento do SAD, Centro de Dia e Centro de Convívio	31,0	ADMITIR

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do*

*que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**69 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO - CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE, SINDICATO TRABALHADORES DA INDÚSTRIA VIDREIRA, BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO E RECREIO**

Retirado, por a BIR não ter apresentado em tempo útil a declaração comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social.

**70 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA PARA 2017: ÁREA SOCIAL – CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE.**

1078 - Presente deliberação camarária, datada de 26 de janeiro de 2017, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo da alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

**ATIVIDADES PONTUAIS:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8280/2016	504190466	CASA DO PESSOAL DA CMMG	Festa de Natal 2017	27,5	Admitir

Considerando que nos termos do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento das suas obrigações fiscais, de contribuições para a segurança social e de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente;

Considerando a situação de dívida da Casa do Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande para com o Município da Marinha Grande por cumprimento defeituoso do contrato-programa celebrado em 2016 e o deferimento da proposta de pagamento da dívida em prestações conforme deliberação de 13 de julho de 2017 e o pagamento das duas primeiras

prestações do acordo, referentes designadamente ao mês de agosto e setembro de 2017, através respetivamente das guias de receita 2017/2/8968 e 2017/2/896;

Considerando o despacho por escrito exarado por parte da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Cidália Ferreira, a 23 de janeiro de 2017, que refere que a câmara ao autorizar o pagamento em prestações, a dívida é suspensa e apenas em caso de não pagamento de uma das prestações é que se entrará de novo numa situação de incumprimento.

Considerando que a entidade apresentou, em 2016, a candidatura a apoios ou benefícios na modalidade de apoio pontual para execução das suas atividades para 2017;

Considerado, por outro lado, que nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 13/2011, de 25 de janeiro, as transferências a efetuar pelas autarquias para as instituições constituídas por trabalhadores municipais, não podem exceder, por cada instituição, uma verba correspondente a 3,5% do somatório das remunerações e pensões respetivamente, dos trabalhadores e aposentados inscritos na instituição beneficiária.

Considerando que de acordo com informações da Divisão de Administração e Modernização, o valor mensal da remuneração ilíquida dos trabalhadores no ativo e inscritos na Casa do Pessoal é de 199.685,00€, sendo o somatório anual de 2.396.220,00€, pelo que o valor do apoio financeiro a atribuir cumpre os limites legais estabelecidos, dado que o valor apurado é de 83.867,70€;

Considerando que o n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro;

Considerando ainda que, nos termos do artigo 6.º do regulamento, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente, devendo ter para o efeito ter:

- A situação regularizada em termos da Autoridade Tributária e Segurança Social (declarações ou autorizações de consulta);
- Relatórios de contas do ano anterior aprovados e validados e respetiva ata de aprovação;
- Obrigações cumpridas relativas a contratos de apoio de anos anteriores;
- Situações de dívida para com o Município da Marinha Grande devidamente regularizadas;
- Mandato válido – atas de eleição e tomada de posse dos órgãos sociais.

Considerando que esta Câmara Municipal considera que a situação de dívida para com o Município da Marinha Grande está, nesta data, regularizada, nomeadamente através do cumprimento do acordo de pagamento que está a ser cumprido;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido;

Considerando que as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua

redação atual, conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande, a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerando que se trata de uma iniciativa que já vem sendo levada a cabo há diversos anos pela Casa do Pessoal da CMMG, sempre com o objetivo final de promover o convívio e a confraternização entre os funcionários;

Considerando, por fim, ainda os critérios definidos no regulamento.

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera conceder ao abrigo da competência conferida pela alínea p) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o seguinte apoio financeiro:**

**ATIVIDADES PONTUAIS:**

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
CASA DO PESSOAL DA CMMG	Festa de Natal 2017	504190466	27,5	2015/A/111	16.500,00€
<b>TOTAL</b>					16.500,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira, Carlos Caetano e Ana Alves Monteiro.**

**Os Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**71 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO E RECREIO E SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA VIDREIRA**

Retirado, por a BIR não ter apresentado em tempo útil a declaração comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social.

**72 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA- APAMG**

Retirado, por a APAMG não ter apresentado em tempo útil todos os documentos necessários.

**73 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dez de novembro de dois mil e dezassete, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **14.382.448,31€** (catorze milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e oito euros e trinta e um cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

- Ponto 61, 62, 63, 64 e 65 – na sequência das questões colocadas pelos Srs. Vereadores relativamente a estes pontos, a Sr.ª Presidente solicitou a presença da Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, **Dr.ª Catarina Carvalho**, que explicou a quantidade de contactos efetuados com o ACM, SCM, IDV e Casa Águia, com vista à entrega da documentação em falta para o encerramento dos processos de apoio.

Tendo em conta que só agora tomou conhecimento dos processos, a **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** informou que irá reunir com todos.

- Marcação da próxima reunião da Câmara Municipal – a **Sr.ª Presidente** esclareceu que é competência sua a marcação das reuniões. Na primeira reunião deste mandato tentou marcar e sugeriu um dia, mas como não quer criar qualquer conflito com a vida profissional dos Srs. Vereadores o calendário ainda não foi elaborado, pelo que ainda vai ver qual será o dia e depois informará todos os Srs. Vereadores.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que tem outro entendimento sobre este assunto.

- Relatório sobre os incêndios – no final da reunião a **Sr.ª Presidente** entregou à CDU e ao MpM, na pessoa da **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** e do **Sr. Vereador Aurélio Ferreira**, um exemplar do relatório elaborado pelos serviços sobre os prejuízos causados pelos incêndios de outubro.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** solicitou o seu envio em formato digital.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

E nada mais havendo a tratar, a **Sr.ª Presidente** encerrou a reunião eram 18:35 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,

O conteúdo desta reunião encontra-se registado em suporte digital a partir do momento mencionado na presente ata.
---